

Revista



# FEBASE

Ano VI  
N.º 52  
1,50 €  
Abril de 2015

Diretor: Delmiro Carreira

Federação do Sector Financeiro



Diretores Adjuntos: Aníbal Ribeiro, Carlos Marques, Horácio Oliveira, Teixeira Guimarães e Tomás Braz

Na Europa do pós-crise

## Reestruturação empresarial à custa do emprego



14

Artigo do economista José Reis  
**Sete propostas para recuperar um país**



4

**Eleições este mês  
no SBC e no SBSI**

## Ficha Técnica

**Propriedade:**  
Federação do Setor Financeiro  
NIF 508618029

**Correio eletrónico:**  
revista.febase@gmail.com

**Diretor:**  
Delmiro Carreira – SBSI

**Diretores Adjuntos:**  
Aníbal Ribeiro – SBC  
Carlos Marques – STAS  
Horácio Oliveira – SBSI  
Teixeira Guimarães – SBN  
Tomáz Braz – SISEP

**Conselho Editorial:**  
Firmino Marques – SBN  
Jorge Cordeiro – SISEP  
Patrícia Caixinha – STAS  
Rui Santos Alves – SBSI  
Sequeira Mendes – SBC

**Editor:**  
Elsa Andrade

**Redação e Produção:**  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 090/062  
Fax: 213 216 180

**Revisão:**  
António Costa

**Grafismo:**  
Ricardo Nogueira

**Execução Gráfica:**  
Xis e Érre, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 62.445 exemplares  
(sendo 5.445 enviados por  
correio eletrónico)  
**Periodicidade:** Mensal  
**Depósito legal:** 307762/10  
Registado na ERC: 125 852

## sumário

### ATUALIDADE | Sindical

Dois Sindicatos vão a votos: abril, mês de eleições **4**  
Febase exige segurança no Novo Banco **5**  
CGD avança com plano de reformas antecipadas **5**

### CONTRATAÇÃO | Seguros

Mediação de Seguros: impasse nas negociações **6**  
MAP recusa negociar AE **6**

### CONTRATAÇÃO | Banca

ACT: todos querem o Acordo... mas não há avanços **7**

### QUESTÕES | Jurídicas

Memorando: de entendimento? **8**

### DOSSIÊ | Reestruturação empresarial na Europa **10**

### 1.º DE MAIO | UGT

Mais de 40 autocarros para chegar ao Porto **13**

### VISTO DE FORA | José Reis

A Austeridade como Economia Política do Retrocesso:  
sete propostas para recuperar um país **14**

### TEMPOS LIVRES | Nacional

Futsal Veteranos: Team Foot Activobank sagra-se campeão **17**



18

**STAS Actividade Seguradora**

21

**Bancários Centro**

24

**Bancários Norte**

28

**Bancários Sul e Ilhas**

31

**SISEP Profissionais de Seguros**



TEXTO: DELMIRO CARREIRA

No plano da responsabilidade estritamente sindical surge em lugar de relevo a questão da criação de um Sindicato Único, que integre todos os filiados na Febase

## Mudança de ciclo

Neste mês de abril dois dos Sindicatos da banca que integram a Febase – o Sindicato dos Bancários do Centro e o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas – iniciam um novo ciclo, com a eleição de Corpos Gerentes para o quadriénio 2015-2019.

Tal facto poderá ter as suas repercussões ao nível da direção desta Revista, pois tem sido o SBSI a indicar o Diretor, e ao nível dos elementos que integram o grupo dos Diretores Adjuntos e Conselho Editorial. Será uma boa oportunidade para se voltar a avaliar o trabalho desenvolvido ao nível do aspeto gráfico, formato, tipo de papel e, fundamentalmente, conteúdos. As novas plataformas de difusão pela Net não poderão, também, deixar de estar presentes nesta análise decisiva para que a credibilidade da Revista se acentue a todos os níveis.

No plano da responsabilidade estritamente sindical surge em lugar de relevo a questão da criação de um Sindicato Único, que integre todos os filiados na Febase. As profissões de fé neste projeto têm-se sucedido e chegou o momento de passar das palavras aos atos. Quando tanto se fala na crise de militância sindical e política, enfim, na ausência de perspetivas que levem, sobretudo os mais jovens, a acreditar nos valores de uma sociedade mais solidária e mais fraterna, temos de criar novos processos de motivação.

A fusão dos Sindicatos da Febase será um processo fundamental para o desenvolvimento destes valores, ultrapassando barreiras com quase um século e que é

um imperativo de todos, de Norte a Sul e às Ilhas, derrubar de vez.

**Os patrões já o fizeram e nós estamos à espera de quê?**

No quadro das relações laborais teremos as alterações aos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho que têm vindo a ser negociados, nomeadamente o ACT do Setor Bancário, no dia-a-dia das preocupações de dirigentes e trabalhadores.

Agora que já se pode negociar sem o controlo da troika, fica claro que os progressos sociais que se podem alcançar através da negociação coletiva só não serão atingidos se as entidades patronais mantiverem uma intransigência, com eventual cobertura do Governo, que nada justifica.

A influência do ACT sobre os outros instrumentos – AE do BdP, ACT do BCP, ACT da CGD, AE do Banif, AE do BIC, ACT do Crédito Agrícola – não pode ser menosprezada, e daí um processo que vai demorar bastante tempo.

Este caderno de encargos que já vai longo não ficará completo se não fosse feita uma referência ao caso do Novo Banco e do BES, cujas novidades não deixam de aparecer todos os dias, bem como as fusões/integrações que possam vir a ser colocadas em cima da mesa.

Os franceses também deixaram de andar com as baguetes embrulhadas em papel de jornal e debaixo do braço! Nós, portugueses, também deixámos de pedir favores para ter um telefone quando mudamos de residência. Hoje telefonam-nos várias vezes por dia!

**Trabalho não falta. Vontade tem de existir. ■**

# VOTE



Dois Sindicatos vão a votos

## Abril, mês de eleições

Os associados do SBC e do SBSI escolhem este mês os novos Corpos Gerentes das suas organizações sindicais

Textos: **INÊS F. NETO**

**A**s eleições são, sempre, um momento de enorme importância para qualquer organização democrática. Este mês os sócios do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI) e do Sindicato dos Bancários do Centro (SBC) são chamados a escolher os novos Corpos Gerentes, para um mandato de quatro anos.

No SBC, as eleições foram agendadas pela Mesa da Assembleia Geral para dia 23 de abril. Os sócios irão eleger os órgãos representativos: Direção, Mesa, Conselho Geral, Conselho Fiscalizador de Contas, Comissão Disciplinar e Comissão Sindical de Reformados.

Só uma lista se apresenta a escrutínio, liderada por Aníbal Ribeiro. O atual vice-

-presidente da Direção que está a desempenhar as funções de presidente interino apresenta-se aos sócios como candidato à presidência da Direção, não tendo oposição.

Já no SBSI, e à semelhança do que aconteceu no último ato eleitoral, a Mecodec marcou dois dias para a votação: 22 e 23 de abril. Assim, estatutariamente os associados poderão exercer este direito por via eletrónica (nos dois dias), presencialmente no dia 23 ou por correspondência nos moldes habituais.

Às eleições no Sul e Ilhas concorrem três listas para os Corpos Gerentes.

Os associados vão igualmente eleger a Direção, a Mecodec, o Conselho Geral, as Comissões Fiscalizadora de Contas e Disciplinar e os Secretariados das Secções Sindicais de Empresa, Regionais e de Reformados, além dos delegados ao Congresso.

### Direito e dever cívico

Estes dois atos eleitorais são de enorme importância não só para os Sindica-

tos como também para a Febase, sobretudo num momento em que estão a ser desenvolvidos esforços para se concretizar uma antiga ambição: a criação de um sindicato único do setor financeiro, de âmbito nacional, que deverá envolver as organizações fundadoras da Federação.

Se o objetivo for atingido, estes dois atos eleitorais poderão ser os últimos realizados individualmente por estes Sindicatos – o próximo seria, assim, a eleição dos corpos gerentes do sindicato único.

Dada a importância destas eleições para os bancários, os Sindicatos e a Febase, é desejável que os associados do SBC e do SBSI participem ativamente nos processos eleitorais, envolvendo-se na vida das suas organizações representativas e, sobretudo, expressando a sua vontade através do voto.

Os Sindicatos são o que os seus sócios quiserem. Votar é um direito e um dever cívico. Não votar é deixar nas mãos de outros o futuro do seu Sindicato. ■



# Febase exige segurança no Novo Banco

Alguns trabalhadores do Novo Banco têm sido vítimas do nervosismo dos clientes do papel comercial do ex-BES. A Febase quer que a instituição zele pela sua integridade



O secretário-geral da Febase enviou uma carta ao administrador do Novo Banco requerendo que sejam tomadas medidas para defesa da integridade física dos trabalhadores da instituição.

Esta posição da Febase foi tomada na sequência de algumas queixas apresentadas nos Sindicatos dos Bancários da Federação por associados do Novo Banco. Os trabalhadores denunciaram que, ao desempenharem as suas funções laborais aos balcões da instituição, têm sido vítimas de comportamentos agressivos por parte de clientes de papel comercial do ex-BES.

Esta questão foi debatida pelo Secretariado da Febase na reunião de 25 de março, tendo decidido que embora não se pronunciando sobre a relação dos clientes com o banco tem por dever exigir que a entidade empregadora garanta a segurança dos seus trabalhadores.

## Ajustamento salarial

Outro tema em análise foi novamente a reivindicação de um ajustamento salarial na banca e nos seguros. Ambos os setores denotam sinais de melhoria, sendo altura de repor algum do poder de compra perdido pelos trabalhadores, após anos consecutivos sem atualização das tabelas.

Nesse sentido, a Febase entende que as condições justificam um aumento intercalar: os seguros têm um novo CCT há três anos e a banca está em negociações com os sindicatos. Além disso, a maioria das instituições de crédito tem os balanços limpos e as imparidades relativas ao BES deverão sê-lo este ano.

Alcançar um ajustamento salarial este ano é, assim, uma preocupação comum a todos os Sindicatos da Febase.

As negociações de revisão do ACT do setor bancário vão ser interrompidas

devido ao período eleitoral no SBC e no SBSI, prevendo-se que sejam retomadas em maio.

Pelo mesmo motivo, também as reuniões da Comissão dos Estatutos do sindicato único foram suspensas.

## Ajudas de custo

O Secretariado foi informado de que o Banco de Portugal pretende reduzir o valor das ajudas de custo por deslocação de trabalhadores ao estrangeiro, tendo demonstrado interesse em entabular conversações com a Febase.

O Secretariado não tomou posição sobre a matéria, mas a maioria dos seus membros manifestou a sua discordância. Neste e noutros casos, trata-se de deslocar trabalhadores bancários portugueses para integrar equipas estrangeiras, pagando-lhes pela tabela da banca nacional e não pela do país de destino e ainda querem reduzir o pagamento de ajudas de custo. "Os bancos não podem utilizar os bancários portugueses como mão-de-obra barata", foi referido.

Recorde-se que este é um tema que tem suscitado polémica nas negociações de revisão do ACT e sobre o qual ainda não houve entendimento entre as partes. ■

# CGD avança com plano de reformas antecipadas



A administração do banco público vai implementar um programa voluntário de reformas antecipadas. Os Sindicatos aconselham os sócios a ponderarem bem antes de tomarem uma decisão

A Febase reuniu-se com a administração da CGD no dia 20 de março, tendo sido informada que a instituição vai avançar com um processo de reformas antecipadas, ao qual podem candidatar-se todos os trabalhadores que completem 55 anos até 31 de dezembro de 2016.

Segundo a informação prestada, para os trabalhadores que se candidatarem durante os três primeiros meses de funcionamento do plano a pensão de reforma será equivalente a 80% da sua remuneração mensal efetiva (RME), tendo ainda a possibilidade de optarem pelo regime em vigor.

Os que se candidatarem entre os três e os seis meses de implementação do programa, a pensão será, respetivamente, equivalente a 75% e 70% da RME.

Os Sindicatos da Febase aconselham os associados a analisarem atentamente a situação e, se assim o entenderem, consultarem os serviços jurídicos respetivos antes de tomarem uma decisão.

Seja qual for a sua opção, os sócios podem sempre contar com os Sindicatos da Febase. ■

TEXTOS: JOSÉ LUIS PAIS\*

## Mediação de Seguros

# Impasse nas negociações

O processo de incorporação da APROSE com a ANACS deixou a negociação do CCT num impasse. STAS e SISEP solicitaram o agendamento de uma reunião

A Febase, por intermédio do STAS e do SISEP, manifestou desde 8 de fevereiro de 2013 a intenção de negociar o Contrato Coletivo de Trabalho para a atividade de mediação de seguros, anteriormente celebrado entre a APROSE-Associação Portuguesa de Mediação Profissional de Seguros e os dois Sindicatos, apresentando para o efeito uma proposta de atualização do CCT.



Por vicissitudes várias, decorrido o período temporal de dois anos, e sem que se vislumbrasse o início das negociações ou sequer o envio de qualquer contraproposta, reiterou-se essa mesma intenção.

Adiante-se, por outro lado, que decorre um processo de incorporação, desenca-

deado entre aquela Associação e a ANACS – Associação Nacional dos Agentes e Corretores de Seguros.

Acrescente-se, aliás, que também com a ANACS, o STAS tem celebrado um Contrato Coletivo de Trabalho, tendo-se inclusive iniciado negociações no decurso do ano transato, encontrando-se as mesmas suspensas neste momento, devido essencialmente ao processo de incorporação em curso.

Recorde-se que esta matéria – contratação coletiva de trabalho – foi anotada na Conferência realizada pela APROSE, em julho de 2014, como sendo... "uma valiosa ferramenta de gestão de recursos humanos ao dispor dos Associados".

Entretanto, solicitou-se a marcação de uma reunião, para análise do método de negociação, que esperemos seja do interesse das partes envolvidas. ■

## MAP recusa negociar AE



Apesar da obstinação da Mondial Assistance Portugal – que rejeitou a negociação, inclusive de um processo de conciliação –, os Sindicatos não abdicam de encontrar uma solução

Temos vindo, ao longo dos tempos mais recentes, a estabelecer contactos com a Mondial Assistance Portugal (MAP), empresa de assistência, com vista à celebração de um Acordo de Empresa (AE).

Com aquela finalidade propusemos um Anteprojecto de AE, de forma a que se pudessem iniciar negociações.

Sabemos que numa negociação com este cariz, independentemente do conteúdo de uma proposta, havendo manifestamente intenção de ambas as partes em negociar, as partes envolvidas poderão fazer ajustamentos adequados à realidade da empresa, de modo a encontrar as melhores soluções para a concretização do objetivo pretendido.

É este o espírito de uma negociação. Negociar é um processo ético que implica a conjugação de vontade das partes envolvidas, sendo-lhes exigido seriedade, compromisso e esforço para alcançar o necessário entendimento, a fim de se conciliarem interesses contraditórios e por vezes diametralmente opostos, tendo como fim último a obtenção dos indispensáveis consensos para que o resultado traduza com dignidade e respeito o esforço feito para se chegar a um acordo.

Foi o que procurámos fazer.

### Intransigência

Não se vislumbrando a possibilidade de se iniciar a negociação, dado que a MAP manifestou a sua indisponibilidade para o efeito, recorreremos ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Se-

gurança Social, dando início a processo de conciliação.

Infelizmente, e com obstinação repetida, a Empresa recusou a negociação, com a justificação, mais uma vez, de que não tinha condições para assumir um AE que posteriormente poderia não ser cumprido por condicionantes resultantes dos exercícios anuais da empresa.

Isto, não obstante a disponibilidade que manifestámos para adaptação possível do normativo.

Apesar de continuarmos a entender que um AE traria benefícios aos trabalhadores, a Empresa tem mantido a sua postura intransigente, o que tem inviabilizado tal processo.

Pela nossa parte, manteremos a nossa firme disposição para um completo empenhamento na elaboração de um AE que constitua um instrumento fundamental, onde os trabalhadores da MAP se revejam e, por isso, iremos prosseguir noutras vias a procura de uma solução que sirva os interesses dos trabalhadores e da Empresa.

A Febase, a despeito das adversidades, mantém-se atenta e inteiramente disponível para dar todo o apoio e aconselhamento aos trabalhadores, qualquer que seja a situação. ■

\*Vice-Presidente do STAS

## Revisão global do ACT

# Todos querem o Acordo... mas não há avanços



Febase e IC voltaram a sentar-se à mesa de negociações. Uma sessão marcada por muitas profissões de fé num entendimento para se chegar a uma nova convenção, embora os passos nesse sentido tenham faltado

TEXTO: **INÊS F. NETO**

**N**a sessão de negociações para a revisão global do ACT realizada dia 31 de março pouco se avançou. Uma nova convenção está tão longe como há um mês.

Ao longo da reunião, o grupo negociador das instituições de crédito (GNIC) por diversas vezes (re)afirmou o seu interesse em fechar um acordo o mais depressa possível, no que foi secundado pela Febase – que, no entanto, sublinhou não o fazer a qualquer custo. Mas embora ambas as partes tenham reverberado a sua boa vontade, a verdade é que os temas mais polémicos continuam por resolver.

Para o GNIC, prova da sua boa vontade é o percurso desenvolvido desde a denúncia do ACT, em 2012. Muitas das suas propostas, afirmou, foram desde então alteradas, para garantir a aproximação às pretensões sindicais.

Alertando para as mudanças vividas pela banca nos últimos anos e prevendo grandes alterações em 2015 devido aos sinais de fusão e/ou concentração visíveis no horizonte, o GNIC justificou o seu empenho em fechar rapidamente o Acordo.

## Recusas

Na sessão do final de março foram debatidas algumas propostas apresentadas pela Febase sobre matérias ainda sem convergência. E a maioria foi rejeitada pelo GNIC.

É o caso, por exemplo, da recusa em contratualizar um conjunto de regras que torne transparente a avaliação de desempenho. Para a Febase esta é uma questão fundamental.

Do mesmo modo, as IC rejeitam introduzir numa futura convenção uma cláusula sobre participação dos trabalhadores nos lucros, adiantando que esta é condição suficiente para não haver acordo.

O GNIC sublinhou mais uma vez as dificuldades que a banca atravessa, acrescentando agora ao rol as taxas de juro negativas da Euribor. No entanto, assumiu a previsão de um volume de imparidades mais reduzido, o que tem impacto positivo na atividade doméstica.

## Carreiras

Pelo contrário, houve convergência de posições sobre o princípio genérico de estabelecer na convenção um conjunto de regras relativas à transição entre categorias profissionais. Para um momento posterior da negociação ficou o debate sobre essas normas.

Em causa está a redução do número de categorias de funções específicas ou de enquadramento no futuro Acordo, o que exige a criação de regras de transição entre as atuais e as futuras categorias profissionais, de forma a que nenhum trabalhador seja prejudicado.

Em abril não há negociações, por dois dos três Sindicatos dos Bancários da Febase estarem em processo eleitoral. A próxima sessão ficou agendada para 19 de maio, já que as IC pretendem reunir-se com os representantes das novas Direções. ■



## Memorando: de entendimento?

Encontramo-nos numa verdadeira espiral de destruição do valor do trabalho, com consequências nefastas e alarmantes para uma sociedade que assenta no direito ao trabalho e no acesso ao emprego

TEXTO: RICARDO CLARA\*

Com a aplicação do Memorando de Entendimento – ME (e, em bom rigor, desde a primeira revisão do Código do Trabalho de 2009) temos assistido a uma constante degradação dos direitos laborais do trabalhador, pois encontramos-nos numa verdadeira espiral de destruição do valor do trabalho, com consequências nefastas e alarmantes para uma sociedade que assenta no direito ao trabalho e ao acesso ao emprego, o veículo primordial para que

o trabalhador possa ter aquilo que a Constituição da República Portuguesa (art.º 58 CRP) qualifica de "existência condigna".

Poucas fundações jus-laborais ficaram por abanar, com alterações significativas em matérias tão importantes como as indemnizações compensatórias em caso de caducidade de contrato a termo ou de despedimento coletivo, por extinção do posto de trabalho ou por inadaptação, flexibilização dos despedimentos, em especial por extinção do posto de trabalho e por inadaptação, alteração da duração e organização do tempo de trabalho e criação de fundos compensatórios (para agilização e flexibilização dos despedimentos).

### Diminuição das indemnizações\*\*

Um dos primeiros momentos onde as sucessivas alterações legislativas vieram dar maior impacto na normal prossecução da vida dos trabalhadores foi na mudança dos valores de compensação devida no caso de caducidade de contrato a termo ou de despedimento coletivo, por extinção do posto de trabalho ou por inadaptação.

A Lei 69/2013, de 30/08, alterou pela quinta vez o Código do Trabalho, impondo uma sucessiva diminuição do valor do trabalho por via do cálculo indemnizatório/compensatório em caso de cessação do contrato de trabalho.

As sucessivas alterações reduziram paulatinamente o valor da compensação por antiguidade, eliminando a igualdade de tratamento dos contratos a termo e sem termo que antes vigorava, ao criar um regime mais favorável ao trabalhador contratado a termo: nos contratos sem termo, ou por tempo indeterminado, fixa a compensação devida em caso de despedimento (coletivo, por extinção de posto de trabalho ou por inadaptação) em 12 dias da retribuição base e diuturnidades por cada ano completo de antiguidade; nos contratos a termo certo, fixa em 18 dias da retribuição base e diuturnidades a compensação devida em caso de caducidade promovida pela empresa por cada ano completo de antiguidade, o mesmo valor que, nos contratos a termo incerto, é devido nos três primeiros anos de duração, baixando para 12 dias nos anos subsequentes.





Ou seja, e a título de exemplo, no curto espaço de dois anos passamos de uma situação em que a cessação do contrato de trabalho por motivos objetivos conferia uma compensação de 30 dias por ano de antiguidade para menos de metade. A título de exemplo, um trabalhador que auferisse €1000,00 com uma antiguidade de dois anos, recebia, nas contas daquela data, €2.000,00 enquanto que, pelas novas regras, auferirá €1.333,33. Esta situação (ao contrário do pugnado pelo ME, que objetivava o crescimento de emprego com a flexibilização do despedimento e a diminuição dos valores compensatórios) veio, segundo os mais recentes indicadores, traduzir-se numa curva crescente de destruição de emprego.

## Conceito de despedimento

Outra das medidas potenciadoras de desigualdades no mercado laboral, e que afeta de modo desproporcionado os trabalhadores envolvidos, é a "atualização" do conceito de despedimento, em duas vertentes: i) a alteração dos critérios de escolha dos trabalhadores na modalidade de despedimento por

extinção do posto de trabalho; ii) e a atualização da figura da inadaptação.

Os critérios de escolha dos trabalhadores na modalidade de despedimento por extinção do posto de trabalho foram revistos na 6.ª alteração ao Código do Trabalho, pela publicação da Lei 27/2014, de 08/05.

Recorde-se, contudo, que esta alteração legislativa acaba por surgir na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional (TC) 602/2013, de 20/09, que julgou inconstitucionais algumas das alterações operadas pela Lei 23/2012, de 26/06, no que a estas matérias diz respeito. Isto porque foi entendimento daquele TC que o despedimento "com base em critérios relevantes e não discriminatórios" não permitia um controlo verdadeiro sobre aquele que era adotado pela entidade empregadora, podendo resultar em situações de enorme injustiça e desigualdade.

Fácil será de ver que, com as mudanças implementadas, e a inexistência de mecanismos ou cláusulas de salvaguarda, a discricionariedade das entidades patronais na escolha dos trabalhadores a prescindir é muito elevada. Isto porque são incontáveis as estruturas de trabalho que não possuem sistemas de avaliação (o que por si só comporta a inexistência de historial performativo do trabalhador), ou cujos parâmetros de avaliação são inadequados ou propensos a atingir resultados que sejam do agrado do empregador (até porque são indissociáveis destes sistemas de avaliação os conceitos de transparência e rigor).

Além do mais, a introdução do critério de "maior onerosidade pela manutenção do vínculo laboral do trabalhador para a empresa" traduz-se numa clara porta de aproveitamento das entidades patronais para estas fazerem cessar os contratos de trabalho de trabalhadores com maior antiguidade (e, por via disso, com uma folha salarial mais preenchida, quer a nível da retribuição base, quer a nível de diuturnidades), substituindo-os (quando o façam) por outros trabalhadores jovens, mas remunerando-os com salários consideravelmente mais baixos.

## Inadaptação

Outra das matérias em que houve alteração (ainda que limitada temporalmente) foi a do despedimento por inadaptação. De facto, a citada Lei 23/2012, de 25/06, havia introduzido uma redação que posteriormente, e por intermédio do citado Acórdão do TC, veio a ser declarada inconstitucional. Por tal

motivo, a opção legislativa tomada pela Lei 27/2014, de 08/05, foi a de reprimir a alínea d) da redação original do CT de 2009. Por fim, e ainda que brevemente corrigida a redação, por força da referida declaração de inconstitucionalidade, recorde-se que esta figura do despedimento por inadaptação sempre foi de estranha coabitação com a Constituição da República Portuguesa, até porque, à imagem da do despedimento por extinção do posto de trabalho, estar dependente de conceitos que não se encontram completamente fixados e definidos, o que poderá levar aquilo que já foi descrito (no Acórdão do TC 64/91) como possíveis "despedimentos imotivados ou *ad nutum*".

## Compensações

Por fim, e para facilitar aquilo que é apelidado de ajustamento e flexibilização do mercado de trabalho, a Lei 70/2013, de 30/08, veio criar, integrada na revisão do sistema de compensação por despedimento, um "fundo de compensação do trabalho" (FCT), um "mecanismo equivalente" (ME) e um "fundo de garantia de compensação de trabalho" (FGCT).

Estes "mecanismos" (FCT e FGCT) fazem impender sob entidade patronal a obrigação de procederem a entregas mensais por conta de cada trabalhador, de modo a "amortecer" o impacto económico-compensatório dos despedimentos a promover pelas entidades patronais na procura do alegado "equilíbrio" orçamental das empresas, por via dos cortes dos contratos de trabalho.

No fundo, impõe às empresas a obrigação de terem valores monetários salvaguardados para o pagamento de parte das compensações devidas pela denúncia dos contratos de trabalho, num juízo de prognose quanto à necessidade destas virem a prescindir de trabalhadores que integram os seus quadros.

Dúvidas não existem, e face ao quadro traçado (que peca por largo defeito, devido a imposições de espaço) que estas políticas de desigualdade e pobreza põem em causa o já moribundo Estado Social. ■

\*Advogado do SBN

\*\*Subtítulos da responsabilidade da Redação



# Salvar o negócio à custa do emprego

A crise económica que alastrou um pouco por toda a Europa teve consequências nefastas para as empresas, que se viram obrigadas a uma reformulação quando a situação financeira bateu no vermelho. Corte de custos laborais foi a fórmula mais utilizada

Texto: **PEDRO GABRIEL**

**N**uma organização conjunta entre a Fundação Friedrich Ebert e o SO CIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do ISEG, realizou-se no dia 27 de março um seminário subordinado ao tema "Reestruturação empresarial na Europa: o que mudou com a crise?".

O seminário serviu para abordar a mudança nas reestruturações das em-

presas em vários países europeus no pós-crise, com maior incidência em Portugal.

Ola Bergstrom é professor na Universidade de Gotemburgo e um dos rostos do projeto Moliere (ver caixa 1). Em sua opinião, o conceito de reestruturação pode ser problemático, não só pela falta de entendimento acerca da sua definição, como muitas vezes é usado para categorizar e encapotar outro tipo de medidas como despedimentos ou reduções salariais, entre outros.

"A reestruturação é usada como um conceito único para todo o tipo de alterações que, do ponto de vista do trabalhador, implica mudanças no tipo de emprego e nas condições de trabalho", explicou.

## Mecanismos de ajustamento

Ola Bergstrom socorreu-se da teoria do economista francês Bernard Gazier, que define o chamado regime de reestruturação como a combinação de mecanismos de adaptação e medidas controladas ou adotadas por um determinado grupo de atores.

Segundo Gazier, existem três tipos principais de mecanismos de ajustamento, alcançados através da adoção de determinadas medidas:

- Ajustamento de preços é um dos mais comuns. No mercado laboral refere-se a salários e remunerações. Quando as empresas sofrem uma queda na procura dos seus serviços/produtos optam por reduzir salários ou congelar o aumento dos mesmos.

- Ajustamento quantitativo. Quando se reduz ou aumenta a mão-de-obra conforme a procura. Reduzir a mão-de-obra pode ser conseguido reduzindo o número de horas de trabalho ou o número de trabalhadores através de reformas antecipadas. Já o aumento é conseguido através da procura por mão-de-obra imigrante ou através do aumento da idade de reforma, entre outros. Investir na formação qualificada também pode ser visto como uma maneira de aumentar a oferta de mão-de-obra.

- Ajustamento qualitativo. Refere-se a medidas que aumentam a qualidade da força de trabalho ou garantem que o mesmo é feito de forma eficiente. A maneira mais comum é através da for-

mação/treino, que aponta para um aumento da qualidade. Ajustamento qualitativo também diz respeito ao mecanismo que permite a realocação de trabalhadores (na mesma empresa ou entre empresas), de forma a manter ou aumentar a produtividade.

## 0 antes e o depois

Os quadros 1 e 2 indicam, respectivamente, o posicionamento dos países antes e depois da crise e como as medidas de reestruturação tomadas por cada um afetaram esse mesmo posicionamento.

Podemos constatar que existe um desvio em países como a Eslovénia, Bulgária e República Checa, primeiramente dominados pelo ajustamento de preços, mas que, fruto das políticas implementadas, começaram a direcionar-se para o ajustamento quantitativo. Destacam-se a redução do horário laboral, o que possibilitou às empresas uma redução de custos quando a procura também desceu.

Por seu turno, os países que operavam num regime de reestruturação essencialmente quantitativo também se movimentaram no sentido de tomarem medidas que os aproximaram do ajustamento qualitativo. Este movimento é claro em países como França e Holanda, e mais limitado na Alemanha.

Portugal e Bélgica mantiveram-se num tipo de ajustamento quantitativo.

## O caso português

Portugal é avaliado neste relatório de uma forma muito particular, incidindo nos anos em que a troika esteve presente no País.

Algumas mudanças em termos de reestruturação já tinham vindo a ser implementadas, mas foi com o Memorando de Entendimento (ME), que causou um impacto nefasto da sociedade portuguesa, que o processo conheceu um avanço significativo com o objetivo de desregular o mercado e cortar na despesa.

Raquel Rego, investigadora do SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do ISEG, fez a explicação das várias medidas que foram tomadas no sentido de viabilizar a reestruturação das empresas, nomeadamente o programa Revitalizar. Desta iniciativa destacam-se dois instrumentos: o SIREVE (Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial) e o PER (Processo Especial de Revitalização). O primeiro foi criado com o objetivo de recuperar as empresas que viram a sua situação financeira deteriorar-se mas que continuam com viabilidade. O PER destina-se a permitir que qualquer devedor que se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência iminente estabeleça negociações com os respetivos credores, de modo a concluir com estes um acordo conducente à sua revitalização económica.

## Influência das alterações no Código do Trabalho

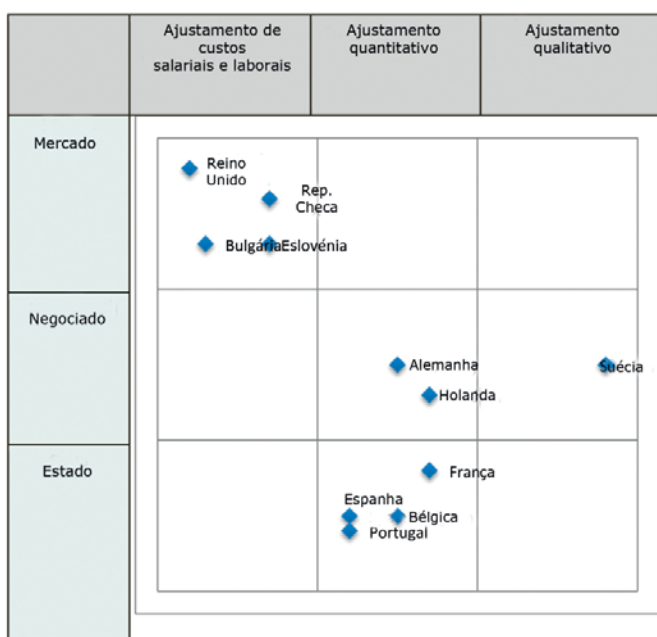
Em Portugal, o quadro de reestruturação legal é baseado no Código do Trabalho. Em 2009 foram feitas as primeiras alterações relacionadas com reestruturação e a revisão de 2012, já sob efeito do ME, provocou uma redução dos custos laborais, com inevitáveis consequências para os trabalhadores. Daí que se conclua que a troika, com as medidas que obrigou a tomar através do ME, tornou-se no principal ator envolvido na reestruturação empresarial no País.

Do ponto de vista do empregador, as medidas incidiram principalmente na flexibilização do mercado laboral e na redução dos custos através do congelamento dos salários e das reformas antecipadas, de uma maior facilidade em despedir, na consequente redução do valor das indemnizações por rescisão ou no pagamento de horas extraordinárias.

Desta forma, Portugal tem assistido nos últimos anos a um aumento dos despedimentos coletivos e os trabalhadores portugueses estão hoje menos protegidos e com menos benefícios quando em situação de desemprego.

O relatório do projeto Moliere salienta que as Comissões de Trabalhadores mantêm o direito de participar no processo de reestruturação das empresas embora, na prática, esse papel seja meramente informativo e consultivo. ►

**Quadro 1: Regimes de reestruturação em onze Estados-membros antes da crise**



**Quadro 2: Regimes de reestruturação em onze Estados-membros depois da crise**



Fonte: Adaptado a partir de Gazier (2008)



O grupo de peritos que participou no seminário

► Segundo o mesmo relatório, os dados apresentados mostram que a reestruturação das empresas em Portugal foi suportada por dois fatores principais: a criação de instrumentos de ajuda a empresas em dificuldades e as alterações ao Código do Trabalho, que incidiram na redução dos custos laborais e no enfraquecimento da negociação coletiva.

#### O exemplo das PME

A reestruturação empresarial em Portugal passa também pelas Pequenas e

Médias Empresas (PME), cujas especificações próprias obrigam a diferentes abordagens.

A reestruturação das PME encontra fundamentos numa combinação de fatores empresariais externos e internos. Se os externos – como as políticas públicas, a globalização ou o progresso tecnológico – são os mesmos que se encontram nas grandes empresas, os internos são muito específicos e decorrem, por exemplo, da diversificação ou reorganização interna, da limitação dos recursos financeiros ou de pessoal conducentes à subcontrata-

### O projeto Molire

O projeto MOLIERE (Monitoring Learning Innovation in European Restructuring) foi criado com o objetivo de analisar como a prática da reestruturação mudou numa seleção de países-membros da União Europeia após a crise económica.

Os resultados estão compilados num relatório que compara os desenvolvimentos na Bélgica, Bulgária, República Checa, Alemanha, França, Holanda, Portugal, Eslovénia, Espanha, Suécia e Reino Unido.

Com estes dados, os parceiros sociais e os governos, quer a nível nacional quer europeu, ficam dotados de instrumentos que lhes permitem elaborar políticas de mudança e reestruturação empresarial no sentido de combater os efeitos nefastos da crise económica.

ção, da redução de custos ou da dependência de um número restrito de clientes ou fornecedores.

A reestruturação interna, como é o caso da adaptação de estruturas ou processos internos, da diversificação ou transferência de negócio, é o tipo mais comum de reestruturação nas PME.

A falência/encerramento, ou os procedimentos que visam evitar este desfecho, são também um tipo de reestruturação relevante.

Segundo o relatório, é necessário monitorizar o processo de reestruturação e os seus efeitos para criar um processo de aprendizagem entre os atores envolvidos, de modo a que as experiências e a partilha de diagnóstico possam contribuir para um "ciclo virtuoso" de antecipação das mudanças e de criação de estratégias de desenvolvimento socioeconómico sustentável.

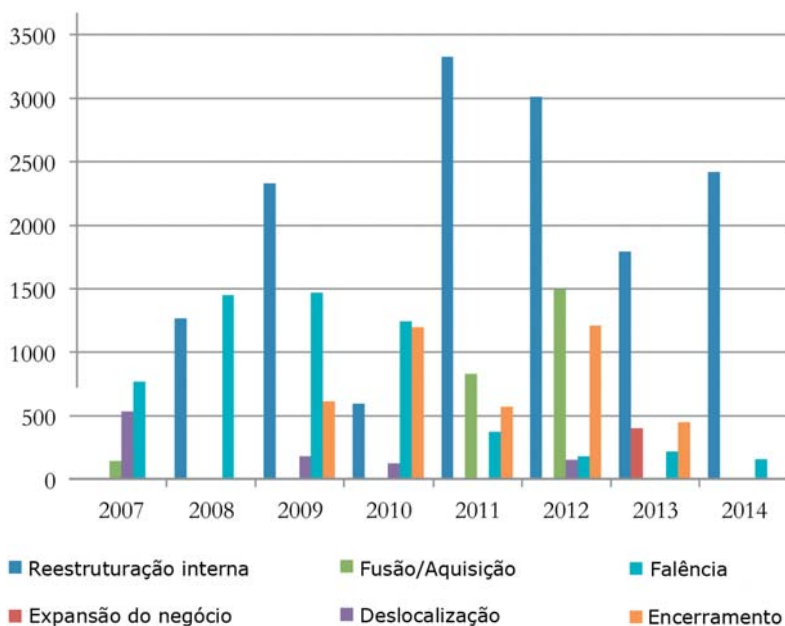
Neste sentido, o relatório apresenta algumas recomendações:

- Educação e formação específicas sobre reestruturação, quer para gestores de PME quer para representantes dos trabalhadores, sem copiar aquilo que foi feito para empresas maiores;
- Monitorização sistemática dos processos de reestruturação das PME por toda a Europa;
- Medidas externas capazes de apoiar as PME em momentos de reestruturação (no diálogo social, emprego, sistema de transições entre empregos, etc.). ■

## Como foi em Portugal

O gráfico mostra uma visão das várias formas de reestruturação em Portugal entre 2007 e 2014. No período crítico da crise é visível o aumento no número de encerramento de empresas, ao passo que a expansão do negócio é praticamente nula.

A reestruturação interna foi a forma mais comum, atingindo o valor mais elevado em 2011.



Fonte: ERM





## Comemorações do Dia do Trabalhador

# Mais de 40 autocarros para chegar ao Porto

A UGT escolheu a Invicta para celebrar o 1.º de Maio. A Febase está a planear tudo para que os associados dos seus Sindicatos possam participar neste dia de luta e festa

**A**proximam-se duas datas de enorme importância e com um significado muito especial para os trabalhadores e os sindicatos: o 25 de Abril e o 1.º de Maio.

A Febase não pode deixar de assinalar o Dia da Liberdade, que trouxe a Democracia a Portugal após 48 anos de regime fascista.

A liberdade conquistada com o 25 de Abril foi fundamental para os trabalhadores, sentida não só na sua vida individual e coletiva mas também nos locais de trabalho.

E se os sindicatos eram uma realidade antes do 25 de Abril, foi sem dúvida com a Revolução que conseguiram alcançar a força na defesa dos trabalhadores por que há muito lutavam.

Muitos dos direitos que hoje os trabalhadores têm são conquistas alcançadas no pós-25 de Abril e nos anos de democracia que desde então se vive.

Menos de uma semana depois, nova comemoração: o 1.º de Maio, a efeméride de maior relevância para os trabalhadores de todo o mundo.

### Palácio de Cristal

Numa aposta clara na descentralização, este ano a UGT escolheu a cidade do Porto para acolher as celebrações do Dia do Trabalhador.

Os trabalhadores reúnem-se nos jardins do Palácio de Cristal para a tradicional jornada de festa e luta, mas que encerrará também uma relevante componente cívica e cultural.

O cariz de luta ficará marcado pelas intervenções de natureza político-sindical do secretário-geral e da presidente da central sindical, agendadas para as 15h30.

A festa será animada, das 13h00 às 15h00, pelas atuações da Banda Filarmónica do Crato, de um rancho filarmónico da região do Porto e por animação de rua com bombos com o Grupo de Caretos de Bragança e com alunos da Escola Profissional Agostinho Roseta.

Às 16h00, depois das intervenções político-sindicais, voltará a festa, animada por um conhecido artista nacional.

Nos jardins estarão colocados pequenos stands alusivos aos sindicatos, uniões e federações da UGT, cujos conteúdos são da responsabilidade dos respetivos ocupantes.

### Febase presente

Como é habitual, a Febase participará ativamente no 1.º de Maio da UGT, estando a planear cuidadosamente a logística



A Febase é uma presença constante no 1.º de Maio da UGT

necessária para que os seus associados possam estar presentes no Porto.

Assim, aos sócios de fora da Invicta, nomeadamente dos Sindicatos de Lisboa e Coimbra, será disponibilizado transporte, prevendo-se o aluguer de cerca de 40 autocarros.

Os interessados em usufruir deste apoio deverão comunicá-lo ao respetivo Sindicato, bem como manifestar a vontade em participar no almoço organizado pela Federação. A informação deverá chegar aos Sindicatos até 24 de abril, de forma a assegurar lugar nos autocarros e no restaurante.

Este ano, o almoço da Febase será servido aos sócios no restaurante do Pavilhão Rosa Mota e constará de porco assado, febras, caldo verde, bebidas, fruta e café. ■



José Reis, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais, escreveu para a Febase um artigo sobre a austeridade, defendendo algumas medidas necessárias para Portugal superar as suas consequências

## A Austeridade como Economia Política sete propostas para recuperar um país



**A**usteridade – um tipo de economia política que promove deliberadamente a regressão social e o compromisso em que assentaram as formas de capitalismo inclusivo – foi extraordinariamente eficaz. Empobrecer o País, desvalorizou o trabalho, piorou a repartição do rendimento e, por isso, limitou drasticamente as possibilidades de crescimento económico e de difusão do bem-estar.

Dáí resulta o quadro de tensões a que Portugal se encontra hoje sujeito. Superar o enorme retrocesso desencadeado pela austeridade implica propostas concretas e articuladas. Deixam-se aqui sete<sup>1</sup>.

**1** Um quadro europeu radicalmente reformulado em que a União Europeia assuma como um problema as fraturas estruturais intraeuropeias.

Isso exige que a União e os países desenvolvam políticas internas de relançamento económico e social e lhes confiram valor, promovam uma reconfiguração da sua arquitetura monetária, discutam o mandato e o lugar do BCE, bem como a natureza do regime monetário, e compreendam o papel negativo da financeirização e da liberalização comercial que tem levado à sua diluição "globalista" numa economia mundial desordenada, contendo-as.

Neste sentido, a existência de recursos próprios da UE que lhe deem capacidade de ação no plano interno e a existência de condições orçamentais nacionais que alterem o quadro de desigualdades existentes têm tanta importância quanto a reconstrução de processos de deliberação democrática que assegurem espaços sociais e polí-

ticos capazes de superar as fraturas de maior persistência e as que foram recentemente criadas. Está em causa revalorizar os princípios da coesão e impedir a redução da UE a uma instância de onde apenas emanam condicionalidades restritivas sobre as sociedades e uma economia política só assente em orientações punitivas.

**2** Assumir como crítico e urgente o problema da dívida, compreendendo o modo como condiciona a economia e destrutura a sociedade.

Trata-se não apenas de assumir a necessidade da sua reestruturação, compreendendo a forma negativa como a dívida incide sobre as possibilidades de desenvolvimento das economias e de geração de emprego, como de encerrar a resolução das constrições negativas do sistema financeiro e bancário sobre as economias e as sociedades.

Faz-se, por isso, a proposta de uma reestruturação da dívida pública nos



diferentes planos em que essa responsabilidade deve ser assumida, compreendendo a relação entre esta dívida e as diferentes dívidas externas e assegurando que é possível retomar formas de controlo público sobre o sistema bancário, a intermediação financeira e o crédito.

A insustentabilidade da dívida e a urgência da sua reestruturação resultam de dois problemas fundamentais: a) a inverosimilhança, face a um quadro de fortes condicionalidades orçamentais e de distribuição desequilibrada do rendimento, de um crescimento económico anual minimamente compatível com o peso que o serviço da dívida tem na riqueza criada no país; b) o efeito destruidor – e, portanto, contraproducente – que resultaria de sujeitar o Estado à obtenção de saldos primários positivos, com a óbvia necessidade de, para os atingir, desfazer as funções essenciais da esfera pública, desde a administração às políticas sociais e ao investimento.

O ponto de partida é uma crítica rigorosa da ortodoxia monetária e do seu papel de destruição dos sistemas produtivos e a afirmação de uma articulação necessária entre políticas orçamentais contracíclicas, políticas fiscais progressivas, políticas sociais inclusivas e políticas industriais geradoras de emprego e que reestruturam e qualifiquem a débil especialização nacional.

Esta proposta inclui a necessidade de estabelecer a necessária coordenação entre uma esfera europeia dotada de capacidade para afirmar o espaço comunitário enquanto zona ativa e coesa e Estados nacionais que assegurem a retoma da capacidade de criação de riqueza e mantenham esquemas de proteção social e de ação pública que combatam as desigualdades e as fragilidades criadas – o que há de conduzir a políticas orçamentais libertas de algumas das suas constrições essenciais, como o serviço da dívida, e a políticas de reindustrialização e qualificação que conte-

nomia pode ser corretamente colocada, encontrando-se uma base positiva para a sua resolução.

#### 4 Um compromisso com o trabalho, o direito do trabalho e a justiça laboral.

Tornou-se claro que a incidência agressiva da austeridade sobre os rendimentos do trabalho, para além de profundamente injusta, teve efeitos devastadores na criação de riqueza e no emprego e originou o mais difuso dos efeitos negativos – a quebra da confiança e das expectativas. Além disso, acelerou de forma dramática a emigração, com desaproveitamento das qualificações.

Tal finalidade exige compromissos entre os parceiros sociais, com vista à reconstrução de um modelo moderno e mais justo de relações laborais, compreendendo as relações e interdependências entre o Estado de Direito Democrático, o Estado Social e o trabalho, a importância estratégica do diálogo social e da contratação coletiva e

## do Retrocesso:

**3** Uma política económica que reveja o quadro de condicionalidades que fragiliza a economia e a sociedade, relance o emprego e requalifique o sistema produtivo.

nam iniciativas dirigidas ao conhecimento, à inovação e à valorização do sistema produtivo e do emprego.

É neste contexto que a questão dos desequilíbrios externos da nossa eco-

a urgência do combate à precariedade e às desigualdades.

De tudo isto faz parte a recuperação do valor do salário mínimo e da valia das principais modalidades de proteção social, desde o subsídio de desemprego, ao rendimento mínimo de inserção, ao abono de família, à salvaguarda do emprego, ao apoio em situações de doença e ao papel da escola pública, assim como o reconhecimento do valor da negociação coletiva.

**5** Um compromisso sobre o papel do Estado, reconhecendo a sua condição de ator positivo essencial para a reversão da crise.

Está em causa valorizar o papel da administração pública na gestão do acesso dos cidadãos a serviços essenciais, na organização das atividades económicas e do investimento, assim como nas políticas públicas que fortalecem a economia – inovação, qualificação e formação, acesso ao financia-▶



Fomentar o conhecimento e a inovação

mento, justiça e segurança social, designadamente.

A crise não exige apenas um Estado compensatório das debilidades mais agudas e muito menos um Estado que exteriorize essas funções; também não é compatível com um Estado meramente regulador que tenha como função consagrar os princípios do mercado como o mecanismo exclusivo de coordenação de atores; nem sequer bastará um Estado estratega que enuncie metas ou objetivos gerais; a crise obriga a um compromisso com um Estado dotado de espessura, isto é, capaz de desenvolver a administração, o capital fixo social e as políticas públicas constituintes da capacidade coletiva.

## 6 Reconstituição dos serviços públicos sociais e definição de uma ação concertada para reduzir as desigualdades e a exclusão social, que se tornaram dramáticas.

Importa retomar políticas sociais ativas acompanhadas por uma reforma dos serviços públicos e pela requalificação das suas capacidades técnicas e administrativas, revertendo a tendência para a residualização.

O descongelamento do IAS, do salário mínimo nacional e das pensões mínimas do regime geral, depois de anos consecutivos de congelamento mostram as prioridades a estabelecer e entre elas inclui-se a atenção particular a dar às prestações sociais que cobrem riscos como o desemprego ou a pobreza – com particular ênfase no Rendimento Social de Inserção.



Recuperar os princípios da coesão social da UE

Por outro lado, para que a reforma dos serviços públicos, que se entende não apenas necessária como urgente, não resulte apenas em cortes cegos e despesa acrescida para os cidadãos, torna-se imperativo que, em cada programa de reforma aprovado, o Governo inclua uma avaliação de impacto desse programa nos níveis de pobreza.

## 7 Reafirmação da centralidade da ordem constitucional e dos princípios do Estado de Direito como questão crucial do desenvolvimento e da superação da crise.

Considera-se demonstrado que a chamada questão social não é um assunto alheio à formação das diferentes capacidades de um país, desde as económicas às da qualificação das pessoas e das organizações.

Assim como se tornou claro que as deliberações de salvaguarda de uma retribuição legítima, para além do seu significado formal, tiveram impactos reais na redução da amplitude da recessão económica e de crise que importa não subestimar.

Não é apenas a conflitualidade e a injustiça que têm de ser evitadas. É todo o significado positivo da ordem constitucional democrática que deve ser valorizado.

Os direitos instituídos e os princípios do Estado de Direito são essenciais para reorientar decisões erradas e perigosas. De facto, a democracia é um valor político e civilizacional e é também, em sociedades sujeitas a convulsões destruturas, um elemento crucial da capacidade de reações às adversidades e do encaminhamento para uma ordem social e económica capaz. ■



Valorizar a negociação coletiva

<sup>1</sup> Retoma-se aqui o quadro de discussão e as visões alternativas que se encontram desenvolvidas em José Reis (coord.), A Economia Política do Retrocesso: crise, causas e objetivos. Coimbra, CES/Almedina, 2014. Este livro é a sequência do primeiro relatório do Observatório sobre Crises e Alternativas, do Centro de Estudos Sociais.





TEXTO: PEDRO GABRIEL

## Futsal Veteranos

## Team Foot Activobank sagra-se campeã

Na *final-four* nacional, apenas um jogo foi resolvido no tempo regulamentar. A equipa do Millennium bcp arrecadou todos os troféus em disputa

A final nacional realizou-se nos dias 7 e 8 de março, em Beja, tendo contado com as equipas Team Foot Activobank (SBSI), Agriteam (SBSI), Vintage (SBN) e Educadores do Xuto (SBC).

Nas meias-finais, o sorteio ditou o confronto entre as duas equipas oriundas do SBSI. Num jogo de sentido único, a Team Foot Activobank derrotou a Agriteam, por 8-1. Rogério Gomes foi a figura da partida ao marcar cinco golos, três dos quais ainda na primeira parte e que, juntando ao golo apontado por João Pereira, permitiram à Team Foot chegar ao intervalo com quatro golos de avanço.

Na etapa complementar, a Agriteam reduziu por Luís Lindo, aos 2', mas a Team Foot estava decidida a marcar presença no derradeiro jogo. Rogério Gomes (2), João Pereira e João Baranda fixaram o resultado final.

## Lotaria das grandes penalidades

Na outra meia-final, foi preciso esperar mais para apurar o segundo finalista. Educadores do Xuto e Vintage empataram a duas bolas no tempo regulamentar e no prolongamento. Manuel Matos adiantou os Vintage, aos 3', mas Nuno Ramos fez o empate a um minuto do intervalo. Na 2.ª parte, os papéis inverteram-se, com Joaquim Alexandre a colocar os Educadores do Xuto na frente do marcador. A quatro

minutos do fim, Eduardo Lopes empatou a contenda, o que justificou o prolongamento. Com os guarda-redes a manterem invioláveis as respetivas balizas, foi necessário apurar o vencedor através de pontapés da marca de grande penalidade.

Aqui os Vintage foram mais fortes, tendo marcado por quatro ocasiões, contra apenas uma dos Educadores do Xuto. José Machado apontou o penalty decisivo e fixou o resultado final em 3-6.

## Emoção sem parar

O equilíbrio do primeiro dia abriu o apetite para os derradeiros jogos. No jogo de atribuição do 3.º e 4.º lugares, Agriteam e Educadores do Xuto precisaram do prolongamento para decidir quem levava a medalha de bronze. Marcou primeiro a Agriteam, por Luís Cabral, aos 12', mas um bis de José Alcaso, aos 13' e 17', virou a partida a favor dos Educadores do Xuto.

Na etapa complementar, Alfeu Nascimento e José Alcaso pareciam ter resolvido a questão para a equipa do Centro, mas três golos em outros tantos minutos, por José Rebelo (2) e Luís Cabral, adiaram a decisão para prolongamento.

Apesar de jogarem o segundo tempo extra em dois dias, os Educadores do Xuto foram mais fortes e marcaram por Nuno Ramos, conquistando assim o terceiro lugar no torneio.

## Não há duas sem três

E como não podia deixar de ser, o jogo de todas as decisões também precisou de prolongamento. A partida começou praticamente com o golo da Team Foot Activobank, apontado por Armando Lima, aos 35 segundos. Onze minutos depois, o



inevitável Rogério Gomes ampliava a vantagem. Em cima do intervalo, José Martins reduziu para a equipa Vintage.

Na 2.ª parte, as equipas entraram mais concentradas e conhecedoras do estilo de jogo do adversário. O equilíbrio valeu apenas um golo, para os Vintage, por Celso Sá, aos 11'.

No prolongamento, Armando Lima tornou-se no herói da partida ao apontar o golo da vitória.

A Team Foot Activobank levantou assim o troféu máximo, tendo conquistado também a Taça Disciplina e os prémios para melhor marcador (Rogério Gomes, 6 golos) e guarda-redes menos batido (Pedro Mendes, 3 golos). ■

## Convívio de trabalhadores do ex-BPSM Angola

O convívio anual dos ex-trabalhadores do Banco Pinto & Sotto Mayor de Angola terá lugar no dia 9 de maio, na Vila Eugénia, em Sintra. As inscrições devem ser efetuadas junto da comissão organizadora: Rui Galvão (965821713), Venceslau Martin (969020676), Felicidade Fernandes (925334615/dada.felicidade.2@sapo.pt) e Maria Isabel Modesto (962864040). ■



## CONCURSO FOTO FEBASE

Foto apurada no mês de fevereiro



"Primavera"  
Joana Rosa



TEXTO: **PATRICIA CAIXINHA**

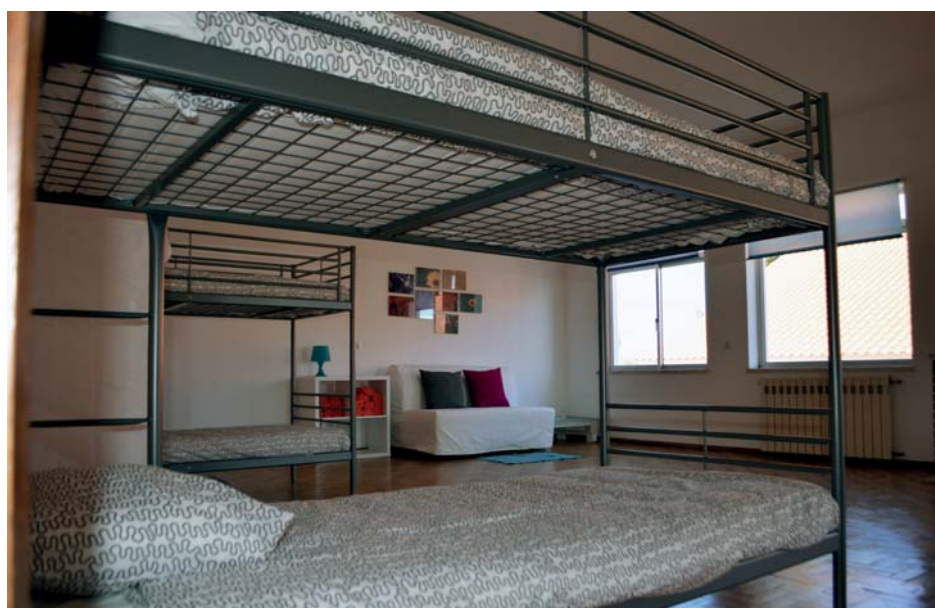


## Nasce o **Hostel Aventura** da

Proença-a-Nova tem um novo espaço *low cost*, dedicado a toda a gente mas preferencialmente aos amantes do desporto de aventura

**É** já uma realidade e chama-se Hostel Aventura, o novo projeto da Associação Jovens Seguros, que conta com a parceria da Associação de Atalaias, entidade que irá ficar com a gestão operacional deste novo espaço *low cost*.

Localizado na aldeia das Atalaias e com capacidade para acolher 22 pessoas, este espaço pretende ser um complemento à oferta de alojamento existente no concelho de Proença-a-Nova, mas dedicado a um nicho de mercado ligado ao desporto, à aventura e ao *trekking* – aliás, muito dentro do espírito das atividades promovidas pela Jovens Seguros.



A diferença é que enquanto os campos de férias que organizam se destinam à ocupação de tempos livres de jovens, o Hostel Aventura está aberto a pessoas de todas as faixas etárias que não se importem de partilhar dormitório e casa de banho.

"Estamos a falar de valores de referência na ordem dos 50 euros para um grupo de 20 pessoas, com acesso a cozinha, *wi-fi*, televisão, piscina, parede de escalada: algo que não é muito usual", adianta Ricardo Marques, da Associação para o Desenvolvimento Ocupacional Jovens Seguros.







# Jovens Seguros

## Gozar a Natureza

O Hostel Aventura vai funcionar na antiga escola primária, totalmente remodelada, da aldeia de Atalaias, no Concelho de Proença-a-Nova.

A unidade oferece toda a comodidade necessária a uns dias de muita aventura e, ao mesmo tempo, o tão merecido descanso.

Localizado em pleno GeoPark Naturtejo e na rota das Aldeias de Xisto, este espaço proporciona a possibilidade de explorar paisagens e locais inesquecíveis.

São aconselhadas atividades como: Caminhadas; Percursos de BTT; Escalada; Canoagem; Arborismo; Paraquedismo; Praias fluviais; Rotas GeoPark e Aldeias de Xisto.

## Programas especiais

A Associação Jovens Seguros irá desenvolver pacotes especiais de programas com entidades locais (empresas e instituições) ligadas a desportos de aventuras, com o objetivo de proporcionar

aos hóspedes uma oferta única e diversificada que poderão usufruir durante a sua estadia.

"Proença-a-Nova tem características aquáticas muito interessantes, com os seus cursos de água que são uma importante mais-valia, como o Malhadal ou o Ocreza, que permitem descidas de canoagem. Em termos de escalada também está muito bem servido, com algumas vias já abertas. E depois tem uma coisa fabulosa: os caminhos pedestres. E está a ser montada uma rota de BTT. É um concelho de facto com características únicas, com a vantagem de que está no centro do País e de que se come muito bem aqui", conclui Ricardo Marques.

O espaço existente e que já em tempos fora utilizado pela Associação Jovens Seguros para os seus campos de férias, foi adaptado para o alojamento *low cost*, tendo sido o investimento efetuado pela referida Associação, com o apoio da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, que se responsabilizou pelas obras e pinturas do espaço.

Aquando da assinatura do protocolo entre as duas Associações – Jovens

Seguros e Associação das Atalaias –, o presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, João Paulo Catarino, enfatizou o trabalho, empenho e investimento de ambas as associações na dinamização da região. (Excertos da entrevista disponível no *site* da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, [www.cm-proencanova.pt](http://www.cm-proencanova.pt)).

## Preços convidativos

No Hostel Aventura da Jovens Seguros, pode usufruir de quartos a partir de 30€, com uma capacidade de 8 pessoas por quarto.

A capacidade máxima é de 20 pessoas.

O Hostel Aventura possui cozinha totalmente equipada, refeitório, sala de convívio, garagem para limpeza e arrecadação de material desportivo. O *wi-fi* é gratuito.

Dispõe ainda de piscina, parede de escalada e parque infantil.

Para marcações ou esclarecimentos: [geral@jovensseguros.com](mailto:geral@jovensseguros.com)

Telefone: 211 383 593 ■





### Notas soltas

Mudança de instalações do Sindicato, eleições no SBC e no SBSI e 41.º aniversário do 25 de Abril são temas de reflexão

TEXTO: CARLOS MARQUES\*



#### I

Aproxima-se rapidamente o dia em que vamos deixar as instalações do Largo do Intendente, agora na moda, porque a Segurança Social, que praticamente ao longo dos últimos trinta anos nada fez neste edifício, o quer, o vai ou já vendeu.

São quase 80 anos de história deste Sindicato no Largo do Intendente que vão esfumar-se com a obrigatória mudança de instalações.

À falta das paredes, restar-nos-ão as memórias, os papéis e os livros que contam, dia a dia, a vivência desta instituição de classe, que ao longo destas décadas nunca esqueceu os motivos pelos quais existe, ou seja, a defesa dos trabalhadores.

A propósito dos livros, neste caso os livros de atas de direções sindicais anteriores à instauração da democracia, é curioso verificar, que não obstante a natureza de dependência daquelas perante o Estado corporativo, se constata bastas vezes, a discussão e posição de força na defesa dos associados, quando as seguradoras de então decidiam contra os trabalhadores.

Pode ser que um dia alguém que queira fazer a história mais pormenorizada dos sindicatos de seguros em Portugal tenha a curiosidade de consultar estes livros de atas e, assim, registar na escrita aquilo que as paredes não vão perpetuar.

#### II

Vão decorrer este mês eleições sindicais em dois dos Sindicatos da Febase, a saber no SBC – Sindicato dos Bancários do Centro e no SBSI – Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Trata-se de dois atos eleitorais de transcendente importância para o futuro daqueles Sindicatos e igualmente para o culminar do objetivo de um sindicato único no setor financeiro.

Sem qualquer minimização do papel do SBC neste processo, que desde há muito defende a criação do sindicato único, é nas eleições no SBSI que se vai jogar, entre outras coisas, o futuro do movimento sindical neste setor. Sem o SBSI dificilmente avançará o tão desejado sindicato único e, por certo, que os trabalhadores bancários saberão reconhecer a importância desta decisão escolhendo no momento do voto quem defende este objetivo, em detrimento de outros que pretendendo continuar sozinhos, somente os irão precipitar no vazio.

#### III

A 25 deste mês comemora-se mais um aniversário desta data de elevado significado para todos os que, vivendo em tempos da ditadura ansiavam pelo momento em que pudessem respirar livres da opressão, e os outros, que nascendo após esta data, vivem e respiram sem o opróbrio que representava a ditadura.

Para uns e outros, dedicamos este poema da eterna poetiza Sophia de Mello Breyner Andresen:

Esta é a madrugada que eu esperava  
O dia inicial inteiro e limpo  
Onde emergimos da noite e do silêncio  
E livres habitamos a substância do tempo. ■

\*Presidente da Direção do STAS

### STAS continua visitas a seguradoras

Em março foram contactados os trabalhadores da Allianz, Lusitania, Mapfre, Groupama e Generali

**P**rosseguimos no mês de março o contacto com os trabalhadores. Aproveitando a entrada para o 1.º período de trabalho, a Direção distribuía documentos alusivos às recentes alterações contratuais para a atividade seguradora.

Apraz-nos registar o agrado com que os trabalhadores aceitaram esta iniciativa, que contribuiu para o esclarecimento de alguns aspetos exemplificados nos documentos. Ao longo do referido mês deslocámo-nos às seguintes seguradoras: Allianz (2 edifícios), Lusitania, Mapfre, Groupama e Generali.

O balanço continua a ser significativamente positivo e lança-nos para outras ações similares, embora ainda não tenha terminado a atual. ■

TEXTO: JOSÉ LUIS PAIS







Textos: SEQUEIRA MENDES



Pesca de Mar

## Vítor Malheiros começa época a ganhar

Apesar do mau tempo, as tainhas e outras espécies "morderam", fazendo o gosto aos dez pescadores

A primeira prova de Pesca de Mar teve lugar na Figueira da Foz, no dia 21 de março, com vista ao apuramento dos dez pescadores que representarão o SBC na Final Nacio-

nal, que se disputará em Peniche, a 3 de outubro.

A prova decorreu com forte agitação marítima, muito vento e muito frio. Todos os pescadores fizeram o gosto ao dedo, como quem diz, todos pescaram peixe, não havendo lugar a "grades".

Como já vem sendo hábito, as tainhas foram as rainhas da pescaria, muito embora outras espécies tenham sido capturadas. Os cinco primeiros classificados foram, por esta ordem,

Vítor Malheiros, António Cascão, Pedro Veiga, Manuel Barqueiro e António João Marques – ou seja, os do costume.

Seguiu-se uma jornada de confraternização, habitual nestas circunstâncias, que juntou os pescadores e elementos da Direção e do Departamento de Tempos Livres.

A segunda prova terá lugar na Nazaré e disputar-se-á no dia 18 de abril e a terceira e última vai ter lugar em Peniche, a 9 de maio. ■

### Surfcasting

## António Oliveira é campeão do Centro

O associado do Montepio Geral encabeça o grupo de representantes do SBC que estarão presentes na final nacional

A segunda e última prova de Surfcasting, para apuramento dos finalistas desta modalidade, decorreu na sempre deslumbrante baía de São Martinho do Porto, no dia 14 de março.

Esta prova decorreu com boas condições climatéricas, propícias à prática desta modalidade, porém o peixe não compareceu, pois apenas quatro pescadores lograram fazer capturas.

A classificação desta prova levou António Gonçalves, do Montepio Geral, ao pódio. Seguiram-se David Faria, Vítor Malheiros e Pedro Veiga.

No cômputo das duas provas, os seis pescadores apurados para a Final Nacional, a disputar em Espinho, a 19 de setembro são: António Oliveira, Pedro Veiga, António Gonçalves, David Faria, Vítor Malheiros e Rui Nunes. Mais uma jornada de confraternização



O vencedor recebe o prémio

que acabou com um ótimo repasto e com a atribuição de lembranças a todos os atletas. ■





# SBC vai a eleições com sindicato



Neste ato eleitoral podem votar todos os associados do Sindicato inscritos até 23 de janeiro, podendo a votação ser presencial ou por correspondência

TEXTO: **SEQUEIRA MENDES**

**É** já no dia 23 de abril que os associados do Sindicato dos Bancários do Centro vão a eleições, para um mandato de quatro anos que poderá ser o último a ser cumprido, se tivermos em consideração que, em muito breve espaço de tempo, como é consensual, a constituição do sindicato único poderá

vir alterar este ciclo. Neste ato eleitoral podem votar todos os associados do SBC inscritos até 23 de janeiro, podendo a votação ser presencial ou por correspondência. Todos os órgãos do Sindicato vão ser renovados nesta eleição, a saber, Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Geral, Direção, Conselho Geral, Secções Regionais, Secção Sindical de Reformados, Conselho Fiscalizador de Contas e Conselho Disciplinar.

## **Caminho percorrido**

É nestes momentos importantes para a vida de uma instituição com 80 anos de existência que se deve fazer o balanço da sua longa vida, do seu contributo para a melhoria de vida dos seus associados,

por um lado, e analisar, em sentido mais amplo, o seu contributo para a história de um povo, para a sua consolidação democrática e para o triunfo do sindicalismo democrático, por outro. Teremos que honrar gerações e gerações de homens e mulheres que construíram com abnegação e muita tolerância um passado que a todos dignifica.

As eleições que se aproximam vão decorrer num momento muito difícil para a vida dos trabalhadores bancários, com os bancos a atravessarem uma crise financeira sem precedentes, fruto da sua má gestão e de atos danosos, onde não falta a corrupção. Na situação em que nos encontramos, para a qual todos nós fomos empurrados, os trabalhadores bancários foram sempre alheios a todas estas práticas maléficas, e se







# único à espreita



A equipa candidata à Direção

alguns bancos ainda resistem muito se lhes deve, com o seu saber, a sua entrega e dedicação.

Decorre daqui que, com o desemprego na banca a atingir o seu limite máximo, agravado com a ausência de admissões, torna a fusão dos sindicatos que constituem a Febase em sindicato único a grande prioridade estratégica do SBC e de todos os outros sindicatos da área financeira.

## Lista única

Voltando às eleições no SBC, o dirigente sindical nacional Aníbal Ribeiro apresenta-se a sufrágio, liderando uma equipa que saiu do Conselho Geral da Tendência Sindical Socialista, aprovada por uma larga maioria, o que significa

que as grandes linhas de orientação para o novo mandato são consensuais.

É sob o lema Mais SBC – Unificar, Crescer e Vencer, que esta lista se candidata, sem oposição, aumentando assim a responsabilidade que cai em cima de Aníbal Ribeiro e da sua equipa.

As grandes linhas de força desta candidatura são o sindicato único e uns SAMS de âmbito nacional. É nesta alteração substancial da correlação de forças, com a criação de um sindicato único que reside o fator CRESCER, para estarmos mais aptos a enfrentar forças que não hesitam, elas mesmas, em se fundir.

Um sindicalismo de proximidade e de proposição, com as suas propostas a chegarem rápidas e claras aos associados é o lema desta equipa que está disposta a não dar tréguas aos sindicatos amarelos que mais parecem reinos, com dirigentes que nunca se renovam.

## Privilegiar a contratação coletiva

Quanto à Contratação Coletiva e tendo em consideração que a desregulamenta-

ção laboral existente na banca é da responsabilidade da entidade patronal, como o é, também, a denúncia unilateral do ACT, a lista A, de Aníbal Ribeiro, vem privilegiar todas as ações "que possam pôr fim a uma cultura que viola a dignidade profissional dos bancários, como o trabalho suplementar não remunerado".

Sobre os SAMS, preconiza um aprofundamento "de todas as soluções que façam dos nossos SAMS uma entidade melhor e maior, com âmbito nacional", através da "celebração de novas convenções e a partilha da nossa capacidade instalada e modernizada".

Relativamente à Informação, a nova equipa vai querer um contacto mais próximo com os associados, através de *newsletters*, dar continuidade à Revista da Febase, reativar a Revista de Informação do SBC e difundir a informação através das redes sociais.

Estas são as grandes linhas que atravessam o programa eleitoral da lista A, que se apresenta a sufrágio, esperando que a afluência às urnas seja o prenúncio de um mandato venturoso. ■

## Contas aprovadas



A Direção aprovou por unanimidade as contas do exercício de 2014

A Direção do SBC aprovou, na sua reunião de 9 de março, as contas relativas ao exercício de 2014. A Tesoureira Helena Carvalheiro fez, como habitualmente, em sede própria, a apresentação das contas, tendo sido analisadas e desenvolvidas todas as rubricas e tendo sido prestados todos os esclarecimentos suscitados.

Apesar de as dificuldades sentidas no setor bancário terem conduzido à saída de associados – e à consequente redução de quotas/contribuições – o SBC apresenta uma situação económica e financeira estabilizada, o que dá garantias para o futuro.

As contas do exercício de 2014 foram aprovadas por unanimidade. ■





# Aprovado Relatório e Contas



A Comissão Permanente do Conselho Geral

A Comissão Permanente do Conselho Geral aprovou o Relatório e Contas do exercício do ano transato, apresentado pela Direção

TEXTO: PEDRO VAZ\*

Foi aprovado em reunião da Comissão Permanente do Conselho Geral, realizada dia 27 de março, o Relatório e Contas do exercício de 2014.

No Relatório da Atividade Sindical, apresentado pela Direção, foi afirmado que a crise económica e social que continuou a assolar o nosso País contribuiu para o encorajamento das instituições de crédito (IC) no seu propósito de manter, ou mesmo incrementar, a desregulamentação das relações laborais no setor.

O clima de desumanização instalado traduziu-se num pretexto para as IC concretizarem o que há muito vêm reclamando: um ACT de bases mínimas, deixando a cada instituição mão livre para fazer a gestão de recursos humanos de acordo com os seus interesses particulares.

Perante esta realidade, o SBN – através da Febase – manteve a sua posição firme, apresentando uma argumentação sólida e coerente em defesa das suas pretensões.

No entendimento da Direção, os avanços verificados em matérias importantes do ponto de vista das garantias não são, contudo, suficientes para que se possa encerrar o processo negocial, uma vez que continuam em aberto matérias que se prendem, nomeadamente, com promoções, categorias profissionais, mobilidade, prémio de antiguidade e SAMS, bem como a respeitante aos aumentos salariais.

No entanto, é de assinalar que a persistência da Febase à mesa de negociações permitiu alguma abertura negocial por parte das IC nestas temáticas fundamentais, que inicialmente consideravam inegociáveis.

## Promoção da saúde

Complementarmente ao trabalho desenvolvido na área da negociação coletiva, os Corpos Gerentes procuraram reforçar o elo de ligação aos associados, não só através da melhoria da qualidade da informação prestada, bem como do incremento do número de visitas aos locais de trabalho.

Tratou-se igualmente de um ano em que, uma vez mais, voltaram a ser efetuadas apostas concretas na área da saúde, tendentes sobretudo a conter a despesa (prevenindo-se o desperdício, evitando-se abusos e melhorando e simplificando os serviços). Investiu-se na promoção da saúde realizando rastreios em áreas onde a incidência da doença apresenta maior risco e prevalência.

## Resultado positivo

No campo da vertente económica, foi destacado o facto de o resultado líquido consolidado do SBN, no exercício em apreço, ter sido positivo em 431 mil euros.

Em termos consolidados, e ao nível dos rendimentos, foram recebidos 29,482 M€ a título de quotizações e contribuições, valor que representa 88,14 % do total dos rendimentos. Comparativamente com o exercício anterior registou-se uma diminuição de 410.546 €, ou seja, o equivalente a uma variação de -1,37%.

Os rendimentos resultantes das atividades de âmbito clínico (que incluem os montantes provenientes da venda de senhas de consulta, de análises clínicas, de atos médicos internos e de penalizações por falta a consulta, entre outros) cifraram-se em 798.981 €.

No que se refere aos gastos, verificou-se a predominância da despesa com a atribuição de comparticipações, representando um peso de 61,41% no seu total, cifrando-se esta rubrica em 20,277 M€.

Constatou-se igualmente que, face ao ano anterior, a despesa global resultante da atribuição de comparticipações sofreu um desagrevamento de cerca de 4,33%.

No decurso deste exercício, os Corpos Gerentes procuraram atuar em algumas áreas da despesa, razão pela qual, e ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, se conseguiram obter as seguintes reduções: Comunicação (-58.562€), Deslocações e estadas (-54.464€), Seguros (-13.959€), Publicações (-11.811€) e Combustíveis (-2.528€).

## Concretização do Programa

No desenrolar da apresentação das contas deste exercício, a Direção aproveitou igualmente para salientar o razoável desempenho económico-financeiro obtido na área dos SAMS, com o Regime Geral a alcançar um resultado líquido de 249 mil euros e o Fundo Sindical de Assistência cerca de 92 mil euros.

No que se refere à Loja de Ótica, destacou-se o nível dos resultados líquidos alcançados (cerca de 191 mil euros).

Depois de em 2012 se ter procedido à transferência da localização da loja de S. Brás (no Porto), para um novo espaço (existente no mesmo edifício), com projeção para o exterior, no decurso deste ano alcançou-se um volume de negócios bastante interessante (superior a um milhão de euros).

Em suma, os resultados obtidos, em termos económicos e político-sindical, foram encarados, por parte da Direção, de uma forma moderadamente otimista, tendo sido percecionados como um importante instrumento para a concretização dos objetivos constantes no Programa de Ação para o atual mandato. ■

\*Diretor administrativo e financeiro





TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

Revelado em conferência do GRAM/SBN

# Três denúncias por hora de violência doméstica em Portugal



Os casos de violência ocorrem sobretudo durante as noites e madrugadas dos fins-de-semana – e mais de 40% são presenciados por crianças

O SBN, através do Grupo de Ação de Mulheres (GRAM), iniciou a 23 de março um ciclo de conferências subordinado ao título genérico "A Mulher e o Trabalho no Século XXI". A primeira teve como temas "Violência Doméstica, um Flagelo", "Assédio Moral e Sexual no Trabalho" e "A Defesa dos Direitos da Mulher no Trabalho". Sob moderação da jornalista do semanário Vida Económica Teresa Silveira, apresentaram comunicações as deputadas Mónica Ferro (PSD) e Sandra Pontedeira (PS), a chefe de gabinete do secretário de Estado adjunto e da Economia, Catarina Araújo, e o coordenador do Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima da Polícia de Segurança Pública do Porto, chefe Fernando Rodrigues.

O chefe da PSP começou por revelar que em 2014 registou-se uma média de três denúncias de violência doméstica por hora, que ocorrem sobretudo durante as noites e madrugadas dos fins-de-semana, sendo que mais de 40% destes crimes são presenciados por crianças.

Para os futuros interessados deixou uma informação que reputou do maior

interesse: a localização daquele serviço – na esquadra do Bom Pastor, no Jardim da Arca d'Água, a funcionar 24 horas por dia, 365 dias por ano, para que os processos nunca demorem mais do que 24 horas a chegar a qualquer das três procuradoras que se encontram dedicadas à matéria a tempo inteiro, sendo que alguns dos quais têm encaminhamento imediato.

Revelou ainda que as denúncias partem de todos os estratos sociais, embora os mais elevados encontrem maiores constrangimentos em fazê-las.

Fernando Rodrigues disse também que presentemente uma das preocupações é dirigida para a violência na fase do namoro – "situação infelizmente aceite por muitos jovens" – até pelos reflexos que tal situação inevitavelmente tem no futuro.

E terminou lamentando o facto de quem menos denunciar as situações de violência doméstica serem os vizinhos que delas tomam conhecimento, utilizando o falso argumento de que "entre marido e mulher não metas a colher".

## Alargar conceito

Já Mónica Ferro anunciou que o Parlamento se encontra a trabalhar no alargamento do conceito de violência contra as mulheres, para que passe a incluir o casamento precoce, a perseguição e o assédio.

Por outro lado, "temos de forçar a saída dos agressores de casa", disse, exortando a que as vítimas sejam acompanhadas e apoiadas pelos seus empregadores e colegas.

## Educação é a vacina

"A educação é a vacina contra a violência". Foi com esta frase que Sandra Pontedeira terminou a sua intervenção. Mas, ao iniciar tinha lançado um labelo: "De cada vez que ignoramos uma situação de violência doméstica, somos corresponsáveis por ela". E acrescentou que este é um flagelo que se abate sobre toda a família afetada, com consequências sociais e económicas gravíssimas.

Por outro lado, sublinhou não se poder perder tempo no combate a estas situações, "porque no presente caso perder tempo significa perder vidas". Na circunstância, manifestou a opinião de que "este é um trabalho que tem de começar na escola e no seio das famílias, caminhando para uma nova cultura e para uma nova cidadania".

## Mais trabalho para salário igual

Catarina Araújo revelou que, no contexto de um ano civil e para igual trabalho, uma mulher tem de trabalhar mais 65 dias do que um homem para conseguir auferir salário igual.

Por outro lado, recordou ter sido afetada uma percentagem das receitas dos jogos sociais para campanhas vocacionadas para a prevenção da violência doméstica.

## Três das maiores fragilidades

A iniciar a conferência, o presidente do SBN recordou que no ano transato 107 crianças ficaram órfãs de mãe, vítimas de violência doméstica.

"Este número, se é verdade que só por si já é absolutamente inaceitável, acaba por pecar por defeito, uma vez que a estatística omite quantos adolescentes e outros tipos de dependentes – por exemplo, idosos e doentes carentes de auxílio dessas mesmas vítimas – ficaram completamente desamparados, na sequência dos hediondos crimes relatados. Os números, de facto, são assustadores, dão que pensar, constituem um grave problema e exigem uma solução", frisou Mário Mourão. ■





TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA



Comissão Sindical da Delegação de S. João da Madeira

## "Os sócios são a razão de ser da

Os problemas são muitos e variados, face ao momento complicado que os bancários atravessam. Por isso o principal objetivo dos membros da delegação é acompanhar os associados da região nas suas ansiedades e preocupações, dando um contributo para a resolução das dificuldades

"Os sócios são a razão de ser da nossa existência." Esta a frase que traduz a forma de ser e de estar no sindicalismo dos membros da Comissão Sindical da Delegação de S. João da Madeira, conforme nos transmitiram na entrevista que a seguir publicamos.

Fazendo as apresentações: Rui Agostinho (SantanderTotta), coordenador; Vítor Oliveira (Novo Banco), com os pelouros da Estrutura Sindical, SAMS, Desporto e Recursos Humanos; Victor Teixeira (Novo Banco), com os pelouros do Património, Contabilidade, Informática e Telecomunicações; António Amorim (Millennium-bcp), que tomou posse a tempo inteiro após se reformar recentemente, responsabilizando-se pelos pelouros da Informação e Comunicação, Cultura e Eventos, Economato e Aprovisionamento; Mariza Brandão (CGD), a tempo parcial.

**P – Consideram que estas instalações estão dotadas de condições condignas para proporcionarem as respostas que os associados exigem?**

R – Não temos dúvidas de que as instalações da delegação de S. João da Madeira são de ótima qualidade para os associados, que podem usufruir da sala de con-

vívio com televisão, máquina de setas, snooker, matraquilhos, ténis de mesa, jogos de tabuleiro e cartas, sala para manutenção física com balneários e sala de aulas para a realização de formações e de workshops.

**P – Qual a vossa zona geográfica de influência?**

R – Neste caso temos de considerar que é bastante vasta, uma vez que é composta pelos concelhos de Espinho, Santa Maria da Feira, Ovar, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Sever do Vouga, Castelo de Paiva e Arouca, num total de 170 balcões e abrangendo um universo de mais de mil bancários associados do SBN.

**Visita aos balcões**

**P – Quais os objetivos que perseguem no desempenho da vossa atividade sindical?**





Da esquerda para a direita: Mariza Brandão, José António Gonçalves (coordenador do pelouro de Dinamização Sindical e Sindicalização do SBN), Rui Agostinho (coordenador da CSD de S. João da Madeira), Vítor Oliveira, Victor Teixeira e António Amorim

**P – E quais são neste momento as vossas principais preocupações?**

R – São tantas!... Mas podemos dizer que as nossas grandes preocupações têm a ver com a transformação que se vive na banca, nomeadamente com o encerramento de balcões e com a constante redução do quadro de pessoal por via de rescisões e de reformas antecipadas. Tudo isto se traduz em perda de associados e na impossibilidade de haver novos sócios, além de, quanto a nós, proliferarem sindicatos a mais na nossa classe. Todavia, preocupa-nos igualmente o modo vertiginoso com que no passado recente se alteraram as leis laborais do nosso País e, nomeadamente, como nós, bancários, estamos a sofrer na pele essas consequências.

#### Ameaças no Novo Banco

**P – Podemos considerar um resumo do essencial daquilo que mais vos aflige...**

R – Não, não! Há mais! Infelizmente há muito mais! Desde já, por exemplo,

a devida consciência, apesar dos constantes alertas que vamos fazendo aquando das nossas visitas.

#### Como uma família

**P – Relativamente ao SAMS, como está a funcionar?**

R – Nesse domínio, é necessário que se diga que o grande lamento desta equipa foi o encerramento do posto clínico do SAMS que existia nesta delegação. A Direção do SBN assim o entendeu e aqui não será o lugar certo para discutirmos a bondade dessa decisão. O encerramento causou aos associados desta região um enorme transtorno e preocupação, tanto mais que a abertura da nova clínica demorou muito mais que o previsto. Mas felizmente já está a funcionar e com enormes vantagens para os nossos sócios. No entanto, apesar do nosso esforço e do nosso empenho para dotarmos a nossa área geográfica de protocolos clínicos, temos constatado que a concretização se mostra difícil.

**P – Quais são as vossas principais atividades de lazer e de tempos livres?**

R – As atividades de lazer promovidas por esta delegação são um pouco já tradicionais, e porquê? Porque nos orgulhamos de as realizar bem e de os nossos associados já estarem à espera

## nossa existência"

R – Para responder a essa pergunta, impõe-se sublinhar que a gestão desta casa é feita de forma que cada decisão tomada seja séria, justa, correta e sempre de acordo com a maioria. O nosso primeiro objetivo é fazermos visitas a balcões, de forma a podermos acompanhar os sócios nas ansiedades e preocupações e podermos dar o nosso contributo para a resolução dos problemas. Por outro lado, sempre que os associados nos procuram, seja com assuntos graves ou menos graves, temos por princípio tratá-los com a dignidade e com o respeito que os colegas merecem.

**P – Mas certamente que haverá assuntos que não poderão ser resolvidos no âmbito da delegação...**

R – Claro que há. Mas quando os assuntos são de índole que ultrapassam os nossos poderes, fazemos o devido encaminhamento para os serviços competentes do SBN.

a situação por que passaram e passam os colegas do Millennium bcp, do Banco BIC, do Banif, do BBVA, do Barclays e do Novo Banco são também motivo de grande preocupação da nossa parte. Repare: recentemente visitámos balcões do Novo Banco e detetámos situações muito graves, relacionadas com a segurança e com a integridade física dos nossos colegas. Vários deles foram já ameaçados por clientes! Inclusive vários colegas têm um post-it no monitor com o número da PSP local, que ligarão se considerarem que o grau das ameaças o justifica.

**P – Pronto. Podemos então ficar por aqui?**

R – Ainda não! Isto porque por último e quicá a maior das preocupações prende-se com a possível caducidade do ACT em vigor, coisa que eventualmente a maioria dos bancários ainda não tomou

delas. Nesse sentido destacamos um passeio anual, normalmente de três dias, em que participam sempre mais de cem associados. Por outro lado, anualmente promovemos a realização de vários torneios, que são muito participados pelos colegas.

**P – Em jeito de conclusão, pretendem salientar algo mais?**

R – Bem, nesse caso gostaríamos de realçar que nesta delegação todos "remam para o mesmo lado": agimos como uma verdadeira família. A nossa forma de atuar tem como objetivo pormos os sócios sempre em primeiro lugar, o que faz com que se sintam apoiados e com que se sintam também como membros desta grande família. A todos os associados queremos agradecer o apoio e a confiança que depositam em nós, porque continuaremos a dar tudo por eles. ■





TEXTO: INÊS F. NETO

Na última sessão do atual mandato, os conselheiros aprovaram por maioria o documento consolidado relativo ao ano transato. Também o Regulamento de comparticipação nos encargos eleitorais mereceu o voto favorável do Conselho Geral



## Conselho Geral aprova Relatório e Contas de 2014

Na sessão de 20 de março, o Conselho Geral do SBSI aprovou o Relatório e Contas de 2014, com 8 votos contra e 5 abstenções. Tal como há um ano e devido à obrigatoriedade de apresentação de contas consolidadas, os conselheiros votaram apenas um documento abrangendo a totalidade da informação, e não parceladamente, como era norma.

No entanto, a Direção também facultou aos conselheiros documentação autónoma de cada área setorial – Atividade Sindical, SAMS e Unidade de Serviços Partilhados (USP) – e disponibilizou-se para prestar esclarecimentos sobre cada unidade.

A defesa do Relatório no que respeita à atividade sindical esteve a cargo do secretário da Direção, que passou em revista o trabalho desenvolvido no ano passado, detendo-se na situação laboral vivida, fortemente marcada por rescisões e reformas antecipadas. Paulo Alexandre referiu os problemas das várias instituições que recorreram a apoio estatal – CGD, BCP, Banif e BPI –, mas também do BBVA, Barclays ou IFAP, e salientou o colapso do BES e a criação do Novo Banco, cujo destino é ainda uma incógnita.

Sobre o processo negocial de revisão global do ACT, o secretário da Direção lembrou que as IC pretendiam "um contrato de mínimos" e que até ao momento continuam em aberto todas as questões fraturantes, como categorias profissionais ou SAMS. Paulo Alexandre alertou mais uma vez para o risco de caducidade da convenção dentro de dois anos, se até lá não houver acordo.

Por fim, alertou para a redução de 1.140 sócios, consequência da situação do setor, com a banca a diminuir o quadro de efetivos e sem contratar.

"Menos trabalhadores bancários significa menos sócios e menos quotizações", frisou, adiantando que "apesar de todos os constrangimentos, o Sindicato manteve as atividades de caráter social e lúdico".

O exercício de 2014 foi positivo, com um resultado líquido de 126 mil euros, face a um total de gastos de 148,1 milhões de euros e um total de rendimentos de 148,5 milhões de euros. As contas foram explicadas pelo tesoureiro, que salientou o parecer positivo da Comissão Fiscalizadora de Contas.

João Carvalho aproveitou a ocasião para revelar que os processos em contencioso relativos ao IVA "foram todos favoráveis ao Sindicato. Conseguimos defender o património e a honra do SBSI face à autoridade tributária", disse João Carvalho.

### Mais internalização no SAMS

A Comissão Executiva do SAMS-PICS foi ao Conselho Geral apresentar os resultados de 2014. A equipa dirigida por Adalberto Campos Fernandes sintetizou o trabalho realizado, salientando os quatro principais eixos estratégicos de desen-

volvimento: garantir cuidados mais acessíveis, o que compreendeu a redução da tabela de preços; uma maior internalização, melhorando o acesso às unidades; acordos com terceiros, contribuindo para aumentar a liquidez do SAMS; e redução dos custos unitários por doente tratado devido aos ganhos de eficiência. Estas medidas traduziram-se "numa redução de 3,7 milhões de euros de financiamento à atividade interna".

Devido a uma maior internalização, com os beneficiários a optarem pelos serviços internos em detrimento de unidades convencionadas, o SAMS reduziu o esforço em comparticipações externas em 3,8 milhões de euros.

A redução na tabela de preços iniciada em 2014 permitiu aos beneficiários uma poupança de 900 mil euros.

O SAMS registou um crescimento de atividade em várias áreas, como cirurgias, consultas e maternidade, cuja trajetória foi invertida com um aumento de 37% nos partos.

De referir ainda o aumento do peso de utentes não beneficiários, que em 2014 se traduziu numa faturação de 4,1 milhões de euros, o que também contribuiu para o equilíbrio da exploração.

"Assumo o compromisso de em 31 de dezembro 30% da receita do SAMS vir da atividade externa", disse o presidente da Comissão Executiva da PICS, garantindo "proteger sempre os beneficiários", não sacrificando o seu atendimento com a abertura ao exterior.

No final, os conselheiros debateram e votaram a proposta da Direção de Regulamento de comparticipação nos encargos da campanha eleitoral, que foi aprovada por maioria, com 3 votos contra e 8 abstenções. ■

## Despedidas

Nesta última sessão do Conselho Geral no atual mandato, despediram-se dos seus pares alguns conselheiros que abandonam o órgão. Entre eles contam-se sindicalistas de longa data e outros mais novos, como Fernando Martins, Filipe Cordeiro, Wanda Guimarães, Arménio Santos, Manuel Camacho, Catarina Albergaria, Eleutério Baptista e Adérito Teixeira. ■



TEXTO: PEDRO GABRIEL

## Futsal

# Banco BPI vence em Lisboa



Terminou a 1.ª fase da zona lisboeta do 39.º Campeonato Interbancário de Futsal. Banco BPI, Team Foot Activobank e GD Santander Totta seguem para a fase final

Com a realização das duas últimas jornadas, ficaram definidas as equipas da zona de Lisboa que transitam para a fase final.

O Banco BPI terminou no primeiro posto, com 14 pontos, fruto das vitórias diante dos SS Montepio Geral, por 3-1, e da Fapoc (Millennium bcp), por 3-0.

Já a Team Foot Activobank (Millennium bcp) terminou logo atrás, com 13 pontos. Para esta classificação contribuíram as vitórias alcançadas sobre o rival direto GD Santander Totta, por 4-1, e sobre a CM BCP Foot a Mill (Millennium bcp), por 5-1.

O GD Santander Totta ocupou a primeira posição da tabela durante algumas jornadas, mas a derrota averbada diante da Team Foot Activobank, na quarta ronda, fê-los cair para o terceiro lugar. Com a vitória por 6-3 frente aos SS Montepio Geral, a equipa do Santander garantiu o passaporte para a fase seguinte, ao terminar com 12 pontos.

Fapoc e SS Montepio Geral terminaram ambas com 8 pontos, ao passo que a Foot a Mill ficou no último lugar, com 5.

## Eleições no SBSI – 22 e 23 de abril

Na última edição de O Bancário foram publicados dois erros, pelos quais pedimos desculpa aos interessados, relativos a candidaturas à eleição de delegados ao congresso, pelo que cumpre corrigir essa situação para cabal informação dos sócios.

### a) Secção Sindical de Empresa Novo Banco

“Lista 2 – Sindicato Forte, SAMS Renovado, social democratas e independentes, onde se lê o nome “Jorge Manuel Nascimento Dias Alves Vale”, deve ler-se “José Manuel Graça Alves”.

### b) Secção Sindical de Empresa SIBS

“Onde se lê Lista 2 – Unidos podemos MUDAR, deve ler-se Lista 1.

E onde se lê Lista 1 – Na SIBS no Sindicato e nos SAMS confiança no futuro com os colaboradores da SIBS, deve ler-se Lista 2”.

A MECODEC

A fase final arrancou no dia 21 de março, com os seguintes jogos: Team Foot Activobank - Agriteam (Açores); Albi-Bancários (Castelo Branco) - GD Santander Totta; Banif's (Madeira) - Uniteam (Setúbal) e Banco BPI - Montepio Futsal (Évora). Daremos conta dos resultados em futuras publicações. ■

## CorosBSI

Entre sopranos, contraltos, tenores, baixos, cantores de chuveiro, cantores que acompanham a música que passa na rádio e cantores de karaoke, todos serão bem vindos! Participe juntando-se a nós!

### Pré-requisitos:

- Gostar de música, de cantar e conviver;
- Ter força para segurar a pasta das partituras enquanto canta;
- Estar disponível para ensaiar duas vezes por semana em Lisboa, horário pós-laboral, a marcar oportunamente, conforme disponibilidade dos coralistas e maestro.

### Benefícios:

- Desenvolver capacidades e competências vocais e musicais;
- Praticar outras línguas;
- Estreitar laços de amizade entre colegas, amigos, familiares e outros Coros com que haja intercâmbio;
- Enriquecer culturalmente;
- Valorizar e divulgar as raízes culturais do País;
- Conviver e relaxar, pois a atividade musical é um excelente anti-stress!

### Destinatários:

Todos os sócios do SBSI, colaboradores, e familiares utentes do SAMS, não sendo necessário experiência coral anterior, e desejável não integrar outros coros bancários.

### Inscrições:

Se quiser fazer parte deste projeto, envie um e-mail para: [administrativa@sbsi.pt](mailto:administrativa@sbsi.pt) ou ligue 213 216 000.



- ✓ Gosta de Música?
- ✓ Gosta de cantar, nem que seja debaixo do chuveiro ou ao som do rádio?!
- ✓ E de conviver?

Então junte-se a nós!! Contamos consigo no CorosBSI







TEXTO: PEDRO GABRIEL

### Bowling

## Jorge Teixeira sai na frente

O Campeonato Interbancário de Bowling arrancou para mais uma edição. Na ronda inaugural, o concorrente do Banco BPI venceu por apenas dois pontos de diferença



O 6.º Campeonato Interbancário de Bowling teve início no dia 21 de fevereiro, na Beloura.

Foram 29 os participantes que responderam ao repto, e ao longo das quatro partidas mostraram espírito competitivo mas sempre com sã camaradagem e desportivismo.

O equilíbrio entre os participantes ficou bem evidente nas duas primeiras posições, com Jorge Teixeira a triunfar

com um total de 746 pontos, apenas mais dois que Pedro Proença (Banif). Amável Lourenço (familiar) foi terceiro, com 687, enquanto Fátima Ribeiro (Unicre) quedou-se pela quarta posição, com 679. Com 661 pontos, Briano Sousa (Banco BPI) alcançou a quinta posição.

A próxima jornada teve lugar no dia 21 de março pelo que daremos conta dos resultados em futuras publicações. ■

### Jogos de Sala Açores

## Domínio de Ponta Delgada



A 32.ª edição dos Jogos de Sala dos Açores realizou-se em Angra do Heroísmo, mas foram os concorrentes de Ponta Delgada a terminarem com mais motivos para sorrir

Seis modalidades estiveram representadas em mais uma edição dos Jogos de Sala dos Açores, que este ano teve lugar de 20 a 22 de fevereiro.

Com a presença das Secções Regionais da Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, foram os concorrentes desta última que alcançaram o maior número de troféus.

Carlos Medeiros venceu no king, enquanto Alberto Chaves foi o mais forte no xadrez. Na sueca, a dupla António Amaral/Jaime Miranda arrebatou o principal troféu.

No dominó, Lourival Cunha e Luciano Toste (Angra do Heroísmo) foram os vencedores, e Paulo Bettencourt, no snooker, também garantiu o troféu para os da casa. Já no ténis de mesa, o grande vencedor foi Victor Silva, oriundo da Horta.

A entrega dos troféus aos vencedores contou com a participação de António Ramos, do Pelouro dos Tempos Livres do SBSI, que informou os presentes sobre o decorrer das negociações do ACT do setor bancário.

A próxima edição dos Jogos de Sala estará a cargo da Secção Regional da Horta. ■

### Tiro

## Quando o resultado é o que menos importa



Rui Riso agracia João Matias

Na prova dedicada a João Matias, 67 concorrentes responderam ao repto de homenagear uma figura histórica do tiro

João Matias é uma figura ímpar na modalidade de tiro do SBSI, tendo sido homenageado pelos seus pares no dia 28 de fevereiro, em Évora.

Nesta prova especial, Mira dos Reis (SS-CGD) foi o mais certo, atingindo 46 pratos

de um total de 50 (23-23). Seguiu-se um trio de concorrentes que acertaram em 45 pratos: João Gouveia (23-22), do GDST, António Coroa (24-21), do CBANIF, e Fernando Moreira (24-21), do GDST.

Com 44 pratos atingidos, José Confraria (23-21), do GDBBPI, e Jorge Picango (23-21), do GDST, alcançaram o quinto e sexto lugares, respetivamente.

A amizade que pautou toda esta iniciativa continuou evidenciada num almoço de confraternização, no qual o presidente da Direção do SBSI, Rui Riso, agradeceu o homenageado. ■





# O sindicalismo precisa de renovação



Num exercício de introspeção, apresentam-se algumas medidas capazes de contribuir para alterar o atual estado das organizações sindicais na sociedade

TEXTO: **TOMAZ BRAZ\***

**F**azendo uma ponderação, o sindicalismo precisa de uma renovação sadia, pois os tempos são outros. Tudo muda!

Os valores que nos norteiam estão desatualizados. Urge rapidamente alte-

rar este estado de coisas, começando pelos responsáveis até chegar aos sócios, para que se revejam numa política de coerência, comprometimento e idoneidade, fundamentando os princípios elementares da condição humana.

O Sindicato faz sentido quando é o equilíbrio entre os trabalhadores e o patronato, sendo o motor de uma economia saudável, de uma sociedade onde se pode coabitar e onde as diferenças não se conhecem.

Para haver sindicatos tem de existir patronato – e vice-versa.

As leis são para cumprir. Como não se assiste tal, daí a razão da fiscalização mútua ter lugar quando os princí-

pios em que assentam os intervenientes não são de boa-fé.

Os diagnósticos estão feitos, falta a vontade de alterar este estado de coisas. Todos ganharemos, nada é eterno.

## Sugestões

- Melhorar a imagem dos Sindicatos e seus representantes, demonstrando aos associados que são dignos da sua confiança;
- Nova legislação sobre os mandatos dos dirigentes sindicais;
- Ser parceiro social atento às alterações no mundo laboral e social;
- Ser respeitado e fazer-se respeitar;
- Tornar-se um símbolo de referência na sociedade, servir e não servir-se;
- Defender os princípios de uma vivência assente na família, na saúde, no emprego, na justiça, no ensino e habitação condigna;
- Cativar, pelas ações, o maior número de associados, tornando-se visível, numa intervenção ativa na sociedade, como um exemplo a seguir;
- Se esta reflexão tiver eco, todos ganharemos por um sindicalismo aberto. ■

*\*Presidente-adjunto do SISEP*



Após décadas de obscurantismo e isolamento, o 25 de Abril de 1974 permitiu que Portugal se libertasse desse jugo, passando a ser um País de regime Democrático e reconhecido pela comunidade internacional

TEXTO: **ANTÓNIO CARLOS**

## 25 de Abril: uma data inolvidável

**A** instauração do regime democrático fruto da abnegação, luta e empenho do povo português a que os Capitães de Abril deram expressão, trouxe a possibilidade do exercício pleno dos direitos, liberdades e garantias, que a Constituição veio a consagrar.

Com o advento da Democracia e não obstante as tentativas totalitárias de que foi alvo e as situações difíceis que a economia tem conhecido, nomeadamente quando se verifica a tutela de entidades externas, o certo é que Portugal progrediu em múltiplos aspetos, tais como saúde, educação, habitação. Hoje as condições de vida da população portuguesa são melhores do que no tempo da ditadura, conforme, aliás, comprovam todos os indicadores estatísticos.

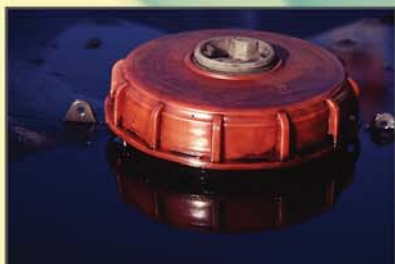
Apesar das vicissitudes que a Democracia Portuguesa tem conhecido – nem sempre os decisores políticos encontram as melhores soluções, que satisficam as necessidades e os justos anseios da sociedade – sem dúvida que o 25 de Abril valeu a pena.

A Democracia é um bem precioso que deve ser preservado, pois, como afirmou Winston Churchill, a Democracia é a pior forma de governo imaginável, à exceção de todas as outras que foram experimentadas. Por isso dizemos que a data em que começou a Democracia é inolvidável. ■



# CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de março



"Tampa"  
Emanuel Pontes



"Gerbera"  
José Guimarães



"Árvore com raízes no céu"  
Rui Gonçalves



"Sombras"  
Domingos Silva



"Perfil Imagindrio"  
José Guimarães



"Estação de metro"  
Carlos Santos



"Ação"  
Carlos Santos



"Nascer do sol"  
José Barreiro



"Olhar irreverente"  
Joaquim Silva



"Meia laranja"  
Emanuel Pontes



"Descendo"  
Carlos Santos



"Camélia"  
António Pedro